

BIBLIOGRAFIA  
I  
B BRASILEIRA  
L R  
I A  
O S  
R I  
A L  
E I  
F I  
A R  
A A

MEC  
INEP - CBPE

015.37.

DE  
EDUCAÇÃO

Vol. 17

N.º 3

**M. E. C.**  
**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**  
**CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**

C.D.U. 016:37(81)  
C.D.D. 016.370981

*Diretor do INEP*  
GUIDO IVAN DE CARVALHO

*Diretor do CBPE*  
ELZA RODRIGUES MARTINS

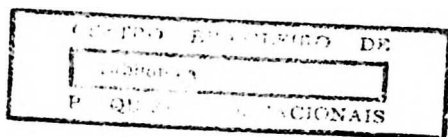
*Serviço de Bibliografia*  
REGINA HELENA TAVARES

*Colaboradores do presente número:*

B.K. — Beatriz Kamergorodski  
F.S. — Fidelina dos Santos  
M.B.N. — Miriam Bellini Neves  
M.L.C. — Maria de Lourdes Correia  
M.L.L. — Marta Luisa Lette  
R.H.T. — Regina Helena Tavares

Para a remessa de correspondência: *Rua Voluntários da Pátria, 107, ZC-02*  
ou Caixa Postal 1-02 — Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Brasil

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS



# BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Bibliogr. bras. Educ.	Rio de Janeiro	V. 17	N.º 3	p. 131/208	Jul./Set. 1969
-----------------------	----------------	-------	-------	------------	----------------

## NOTA EXPLICATIVA

A matéria incluída na B.B.E. acha-se disposta em ordem de classificação por assunto, de acôrdo com a tabela de classificação.

O número superior à esquerda corresponde ao número de classificação de assunto. Quando vários itens têm a mesma classificação, esta aparece apenas no primeiro.

O número inferior, à direita, é o número de ordem dos itens.

Recomenda-se, a quem consultar a B.B.E., orientar-se pelo "Índice Remissivo de Assuntos", págs. 201-204, onde encontrará a indicação dos números de ordem dos itens que tratam especificamente do assunto procurado.

Poderá igualmente o leitor procurar o assunto que lhe interessa na "Tabela de Classificação", págs. 137-140, notando o número de classificação atribuído na referida tabela. Em seguida, deverá localizar êsse número nas páginas que se seguem. Os itens sôbre o assunto desejado estarão agrupados, em ordem alfabética de autores, sob aquêlê número fornecido pela tabela.

As págs. 205-208, encontra-se, ainda, o "Índice de Autores", com a indicação dos números de ordem dos itens relativos aos respectivos trabalhos.

Artigos de revistas: Uma indicação como "*B. Inst. Psic.*, 5 (3): 1-10" deve ser entendida como Boletim do Instituto de Psicologia, vol. 5, n. 3, págs. 1 a 10.

As iniciais colocadas entre parênteses, depois de cada resumo analítico, correspondem aos elaboradores dêstes, aparecendo o nome por extenso no verso da capa.

## CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

### *Principais convenções*

Esquema geral dos índices CDU utilizados neste número.

Ver págs. 137-140.

Os números entre parênteses (0) indicam subdivisão de forma.

Os números entre parênteses (4/9) indicam subdivisão geográfica.

Os números sem parênteses 00 indicam subdivisão de ponto de vista.

Os números sem parênteses — 0 (hífen 0...) indicam subdivisão de grupos de pessoas (idade, sexo, classes sociais, ocupação).

O símbolo + (mais) indica assuntos representados por números não consecutivos (de acôrdo com a classificação adotada), tratados num mesmo documento.

O símbolo : (dois pontos) indica a relação coordenada de assuntos.

O símbolo " " (aspas) indica subdivisão de tempo.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO \*

I

37:061.1(81)	— Educação — Instituições oficiais — Brasil
37:31	— Estatística da Educação
37:31(81)	— " " — Brasil
37:31(816.1)	— " " — São Paulo
37:338.92	— Educação — Desenvolvimento econômico
37:62:659.3	— " — Tecnologia — comunicação de massa
37:62.001.5	— " — Pesquisa tecnológica
37(09)(814.2)	— História da Educação — Bahia
37(094.5)	— Legislação do ensino
37(094.5)(814.2)	— " " — Bahia
37(73)	— Educação — Estados Unidos
37.01:373.5	— Filosofia da educação — Ensino médio
37.014:321.02:338.92	— Política da educação — Atuação política e Desenvolvimento
37.014.1	— " " — Obrigatoriedade escolar
37.014.525	— " " — relação entre a escola e as comunidades religiosas
37.014.54:301	— " " — do ponto de vista econômico e social
37.014.6	— Inspeção e supervisão escolar
37.015.3	— Psicologia educacional
37.015.3.001.4	— " " — Ensaios
37.015.4	— Sociologia educacional
37.018.58	— Escolas experimentais
37.02:373.5	— Didática — Ensino secundário
37.035.46	— Vida estudantil — Atividades políticas
37.048.4	— Orientação profissional
37.048.45.001.5	— Expectativas profissionais — Pesquisa
37-053.3	— Educação — Primeira infância
371(814.2)	— Ensino — Bahia
371.1	— Pessoal docente e administrativo
371.12:061.3(817.4)	— Professores — Conferência — Brasília
371.12:37.048.45	— " — aspirações

\* Foi adotada a edição especial — Educação — da Classificação Decimal Universal (Edição em Inglês e Francês, publ. FID); Edição média em língua portuguesa, Universidade de Brasília — Biblioteca Central/Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU).

- 371.12:373.3 — Professôres — Ensino elementar  
 371.12:373.3:159.9.019.4(815.11) — " — Ensino elementar — comportamento — Belo Horizonte
- 371.12(092) — Biografia de educadores  
 371.13 — Professôres — Formação  
 371.13:373.3 — " — " — Ensino elementar  
 371.13:373.5+378 — " — " — Ensino médio e superior
- 371.15.001.5(815.4) — " — Status — Pesquisa — Guanabara  
 371.212.72 — Estudante — repetentes  
 371.217.2 — Alimentação escolar  
 371.3(73) — Métodos de ensino — Estados Unidos  
 371.322.2 — Estudo dirigido  
 371.333 — Métodos de ensino — audiovisual  
 371.684/687:061.3(100) — Rádio e TV educativa — Congresso Internacional  
 371.684/687(81) — Rádio e TV educativa — Brasil  
 371.7:613.71:373.3 — Educação Física — Ensino elementar  
 371.7:613.71.001.7 — " — Reforma  
 372.41/45:061.3 — Leitura e escrita — iniciação — Congresso  
 372.46 — Linguagem — Aprendizagem  
 373.2:061.3(8=6) — Educação pré-escolar — Congresso Interamericano  
 373.24 — Jardins de infância  
 373.3:31 — Ensino elementar — Estatística  
 373.3:31(813.4) — " — " — " — Pernambuco  
 373.3:37.014.3 — " — " — Reforma  
 373.3:37.014.3(816.2).001.5 — " — " — " — Paraná — pesquisa  
 373.3:37.014.542.1 — " — " — Expansão  
 373.3(047)(817.4) — " — " — Relatório — Brasília  
 373.3(-202) — " — " — Zonas rurais  
 373.3(816.2) — " — " — Paraná  
 373.5+377.8:31(816.1) — Ensino médio e normal — Estatística — São Paulo  
 373.5:31 — Ensino médio — Estatística  
 373.5:31(816.1) — " — " — " — São Paulo  
 373.5:31(817.4) — " — " — " — Brasília  
 373.5:37.014.542(813.4) — " — " — Planejamento — Pernambuco  
 373.5:371.214 — " — " — Programas  
 373.5(814.2) — " — " — Bahia  
 373.51.212.1 — " — " — Matrículas  
 373.52 — " — " — Custo  
 373.58 — Colégio universitário  
 374.7:061.3(047)(813.4) — Educação de adultos — Seminário — relatório — Pernambuco
- 374.71.214 — " — " — Programa  
 376 — Educação de grupos especiais  
 376.352 — " — " — " — deficientes da visão
- 376.76:061.3 — Analfabetismo — Congressos  
 377.65 — Formação profissional — SENAI  
 377.4 — Escolas profissionais — SENAI  
 378 — Ensino Superior  
 378:061.3 — " — " — Seminário  
 378:159.9 — " — " — Psicologia  
 378.31 — " — " — Estatística  
 378:31(81) — " — " — Estatística — Brasil  
 378:338.92 — " — " — Desenvolvimento econômico  
 378.34 — " — " — Direito

- 378.61:159.9  
378.93:378.014.3
- 378(094.5)  
378.014.3  
378.014.3  
378.014.3(094.5)(815.2)
- 378.014.3(8=6)  
378.014.3(816.5)  
378.035.46  
378.035.46(73)  
378.046.4:62(043)  
378.096:37(063)  
378.096:37(81)  
378.096:62:061.3  
378.11  
378.125.7(8=6)
- 378.125.7.001.5
- 378.4:282(816.5)001.7
- 378.4(09)(81)  
378.4(815.3-202).001.7
- 378.4(816.5).001.7
- Ensino Superior — Medicina — Psicologia  
— " " — História — reforma universitária  
— " " — Legislação  
— Reforma universitária  
— " " — Jornalismo  
— " " — Legislação — Espírito Santo  
— " " — América Latina  
— " " — Rio Grande do Sul  
— Vida Estudantil universitária — Atividades políticas  
— " " " — Estados Unidos  
— Cursos de pós-graduação — Engenharia — Tese  
— Faculdade de Educação — Seminários  
— " " " — Brasil  
— Engenharia — Conferência  
— Ensino superior — direção  
— Pessoal universitário para trabalhos científicos e pesquisas — América Latina  
— Pessoal universitário para trabalhos científicos e pesquisas — Pesquisa  
— Universidade Católica do Rio Grande do Sul — Reforma  
— Universidade — Histórico — Brasil  
— Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — Reforma  
— Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Reforma

## II

- 016.3  
016:3+32+33+34
- 016.301.175+32
- 016:338.984.2(812/813)
- 016:82-3(81)  
1(81)  
159.9:061.3  
159.9.072  
159.9.072:001.4  
159.9.072(81)  
159.922.8  
159.937  
159.953  
159.953(043)  
282(81)  
301(-201).001.5  
301.151  
301.152:658.3
- Bibliografia especializada — Ciências Sociais  
— " " — Ciências Sociais, Política, Economia e Direito  
— " " — mudança social e política  
— " " — Política de desenvolvimento Nordeste  
— " " — Contos — Brasil  
— Filosofia — Brasil  
— Psicologia — Congressos  
— Testes psicológicos  
— " " — Terminologia  
— Pesquisas psicológicas — Brasil  
— Psicologia do adolescente  
— Percepção  
— Psicologia de aprendizagem  
— " " " — Tese  
— Religião católica — Brasil  
— Sociologia urbana — Pesquisa  
— Psicologia social  
— Dinâmica de grupo — Relações humanas

- |                        |   |
|------------------------|---|
| 301.162.2              | — Relações sociais — Ensaios  |
| 321                    | — Política — Poder político   |
| 351-057.21:159.9       | — Psicólogos  |
| 331-057.21:159.9.:17   | — " — Ética   |
| 331-057.21:159.9:061.3 | — " — Congresso   |
| 342.7(81)              | — Direitos do homem — Brasil  |
| 353+37.014.542.2(816)  | — Administração regional — Planejamento dos recursos humanos — Região Sul |
| 353(816)               | — Administração regional — Região Sul                                     |
| 354.32.001.7           | — Ministério da Educação e Cultura — Reforma                              |
| 501.009                | — Ciências exatas — do ponto de vista social e moral                      |
| 792.9-053.5/7          | — Teatro para crianças e adolescentes                                     |

## III

## LIVROS DIDÁTICOS

*Nível elementar*

- |                 |               |
|-----------------|---------------|
| 372.46(075.2)   | — Linguagem   |
| 372.464.(075.2) | — " — redação |
| 372.47(075.2)   | — Matemática  |
| 5(075.2)        | — Ciências    |

*Nível médio*

- |                  |                         |
|------------------|-------------------------|
| 513(075.3)       | — Geometria             |
| 53(075.3)        | — Física                |
| 54(075.3)        | — Química               |
| 57(075.3)        | — Ciências Biológicas   |
| 802=20(075.3)    | — Inglês                |
| 802=40(075.3)    | — Francês               |
| 802=690(075.3)   | — Português             |
| 802.5=690(075.3) | — Português — gramática |
| 94(075.3)        | — História geral        |
| 981(075.3)       | — História do Brasil    |

*Nível superior*

- |           |              |
|-----------|--------------|
| 51(075.8) | — Matemática |
|-----------|--------------|

## LISTA DE ABREVIATURAS

- abr. — abril
- agô. — agosto
- ampl. — ampliada
- atual. — atualizada
- B.B.E. — Bibliografia Brasileira de Educação
- Bibl. — Biblioteca
- Bibliogr. bras. Educ. — Bibliografia Brasileira de Educação
- C.B.P.E. — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
- C.O.L.T.E.D. — Comissão de Livros Técnicos e de Livros Didáticos
- C.R.P.E. — Centro Regional de Pesquisas Educacionais
- Cad. — Caderno
- Col. — coleção
- dez. — dezembro
- Ed. — editôra
- fev. — fevereiro
- I.B.G.E. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- I.N.E.P. — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- I.N.L. — Instituto Nacional do Livro
- I.P.E.A. — Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
- ilust. — ilustração, ilustrada
- Impr. Univ. — Imprensa Universitária
- jan. — janeiro
- jul. — julho
- jun. — junho
- L.D.B. — Lei de Diretrizes e Bases
- Liv. — Livraria
- M.E.C. — Ministério da Educação e Cultura
- mar. — março
- mimeogr. — mimeografado
- Multilit. — Multilitado
- nov. — novembro
- out. — outubro
- p. — página
- rev. — revista
- S.E.N.A.I. — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

S.U.D.E.N.E. — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

S.U.D.E.S.U.L. — Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

s. d. — sem data

s. l. — sem lugar

s. n. p. — sem número de página

sem. — semestre

sér. — série

set. — setembro

trad. — tradutor, tradução

U.N.E. — União Nacional dos Estudantes

U.N.E.S.C.O. — Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência  
e Cultura

Univ. — universidade

v. — volume

## PERIÓDICOS ANALISADOS

### Revistas:

- Acta* Conselho Estadual de Educação. São Paulo, SP. Ano 4 n. 8, 1968.
- An. Bibl. Nac.* Anais da Biblioteca Nacional. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, GB. V. 87 n. 1, 1968.
- Arquivos* Conselho Estadual de Educação. Recife, PE. N. 15/16, mar./jun. 1968.
- Atual. estat. Brasil* Atualidade Estatística do Brasil, Fundação Instituto Brasileiro de Estatística. Rio de Janeiro, GB. V. 2, 1969.
- B. Bibl. Câmara dos Deputados* Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Palácio do Congresso Nacional. Brasília, DF. V. 17 n. 2, maio/ago. 1968.
- B. CEPA* Boletim do Centro de Psicologia Aplicada. Rio de Janeiro, GB. N. 1, mar. 1969.
- B. CRPE João Pinheiro* Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro. Belo Horizonte, MG. N. 7, s.d.
- B. inf. CBPE* Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, GB. N. 139, fev. 1969.
- B. Psic.* Boletim de Psicologia. Sociedade de Psicologia de São Paulo, SP. Vs. 16 e 17 ns. 47-50, jan./dez. 1964/5.
- B. Técnico inf.* Boletim Técnico Informativo. Divisão de Educação Física do MEC. Rio de Janeiro, GB. N. 1, jan. 1968.
- CAPES B.* Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Boletim. Rio de Janeiro, GB. N. 195, fev. n. 196, mar. n. 197, abr. de 1969.
- C. IBECC* Correio do IBECC. Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura. Rio de Janeiro, GB. Ns. 41 e 42, jan./mar. 1969.

- Campanha Nac. Alimentação esc.* Campanha Nacional de Alimentação Escolar. MEC. Rio de Janeiro, GB. N. 12, 1968.
- Ci. econ. e soc.* Ciências Econômicas e Sociais. Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco. Osasco, SP. V. 3 n. 1, jul. e n. 2, dez. 1968.
- Comun. Pedagógicas* Comunicações Pedagógicas. Centro de Estudos Pedagógicos do Estado do Pará. Belém, PA. Ano 1 n. 1, 1.º sem. 1967.
- Criança e Escola* Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, PABAAEE. Belo Horizonte, MG. N. 18, 2.º, 1969.
- Crítéria* Conselho Estadual de Educação. Curitiba, PR. N. 8, jul./dez. 1968.
- Cultura* Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, GB. V. 2 n. 13, jul. 1968.
- Curriculum* Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, GB. N. 1, jan./mar. 1969.
- Dados* Instituto Universitário de Pesquisas. Rio de Janeiro, GB. V. 16 n. 5, 1968.
- Documenta* Conselho Federal de Educação. Rio de Janeiro, GB. N. 91, set. 1968.
- Educ. Hoje* Educação Hoje. Editora Brasiliense. São Paulo, SP. N. 2, mar./abr. 1969.
- Educadores* Revista Latino Americana de Educación. La Plata, Argentina. Ano 17 n. 72, nov./dez. 1968.
- Ens. secund.* Ensino Secundário. Centro dos Inspetores Federais do Estado de São Paulo. São Paulo, SP. Ano 15 n. 110, set./out. 1968.
- Estudos* Associação de Professores Católicos de Pôrto Alegre. Pôrto Alegre, RS. Ano 29 n. 3, Fasc. 113, jul./set. 1969.
- Est. Univ.* Estudos Universitários. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, PE. V. 9 n. 1, jan./mar. 1969.
- J. bras. Psiq.* Jornal Brasileiro de Psiquiatria. Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, GB. V. 15 n. 4, out./dez. 1966.
- Lente* Fundação para o Livro do Cego no Brasil. São Paulo, SP. V. 12 n. 37, abr./jun. 1968.

- Paz e Terra* Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, GB. Ano 2 n. 8, set. 1968.
- R. CERES* Revista Ceres. Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Esc. Superior de Agricultura. Viçosa, MG. V. 15 n. 84, jul./agô. 1968.
- R. Civ. bras.* Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, GB. Ano 4 ns. 21 e 22, set./dez. 1968.
- R. Educ. Cult.* Revista de Educação e Cultura. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Recife, PE. Ano 8 n. 8, dez. 1968.
- R. Hist.* Revista de História. São Paulo, SP. Ano 19 V. 37 n. 75, jul./set. 1968.
- SESI — Escola* Departamento Regional de São Paulo. São Paulo, SP. Ano 4 n. 13, jan./mar. 1969.
- Teatro da Juventude* Comissão Estadual de Teatro. São Paulo, SP. Ano 3 n. 15 out. n.16 nov. n. 17 dez. 1967. Ano 4 n. 18 mar. n. 19 abr. n. 20 jun. 1968.
- Veritas* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pôrto Alegre, RS. Ano 13 n. 52, dez. 1968.
- Jornais:*
- D. Of.* Diário Oficial, Brasília, DF.

I

37 — EDUCAÇÃO

37:061.1(81)

EL INSTITUTO Brasileño de Estudios Pedagógicos. *Educadores*, La Plata, 11 (72):525-539, nov./dic. 1968.

Apresenta a organização do INEP, CBPE e seus Centros Regionais, assim como seus objetivos respectivos. (B.K.) 1.

37:31

SITUAÇÃO cultural — *Atual. estat. Brasil*, 2:307-334, 1969.

Destaca-se a "Pesquisa Nacional por amostra de domicílio", codificando a alfabetização e sexo das pessoas de 6 anos e mais, segundo o grupo de idade e a situação do domicílio.

No ensino em geral é considerado satisfatório o progresso alcançado pelo setor educacional no Brasil no quinquênio 1963-67, pois tanto no ensino primário, médio como no superior cresceu o número de escolas mantidas pelo poder público.

No ensino primário as escolas públicas possuíam em 1967 — 118.560 unidades, apresentando um incremento de 11% em 5 anos, enquanto o ensino particular, com 9.253 unidades, sofreu decréscimo de 1%, no mesmo período.

No ensino médio o aumento foi de 59% na rede pública, verificando-se um aumento de 28% na rede particular. As duas órbitas de administração dirigiram, em conjunto, um total de 11.552 cursos desse nível, em 1967.

As universidades existentes no país englobavam, em 1968, 382 estabelecimentos com 158.100 universitários, enquanto os estabelecimentos isolados, num total de 397, matricularam 120.195 alunos. (B.K.) 2.

37:31(81)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Secretaria Geral — *Análise do ensino no Brasil*; Estudo preliminar. Rio de Janeiro, 1968. 61p. mimeogr.

Estudo preliminar sobre alguns dados da estatística educacional do Brasil, visando auxiliar no conhecimento da posição da educação no nosso país, fornecendo um primeiro instrumento de trabalho a todos aqueles encarregados de seu equacionamento.

A exploração é feita segundo os níveis de ensino e as regiões geo-econômicas e os dados do Brasil são confrontados, sempre que possível, com os valores observados dos demais países. A região geo-econômica, tomada como base, foi escolhida por oferecer maior homogeneidade nas unidades federativas que as compõem: norte-oeste, nordeste e sul. (B.K.) 3.

37:31(816.1)

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação — *Anuário Paulista de Educação*. São Paulo, 1968. 491p.

Reúne informações relativas à vida escolar do Estado de São Paulo em todos os seus aspectos e fornece roteiros para a reorganização dos procedimentos relativos à documentação pedagógica e à estatística escolar.

Na introdução dá uma idéia geral dos estudos e providências encaminhados durante o ano anterior (1967), no sentido de dotar o Estado de S. Paulo de um plano estadual de educação. (B.K.) 4.

37:338.92

INSTITUTO de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico, Rio de Janeiro — a educação como fator de desenvolvimento; trechos. *CAPES B*. (196):1-8, mar. 1969.

As grandes linhas que devem nortear o sistema educacional são: aumento dos investimentos em educação de tal forma que permita: 1) aumentar as matrículas; 2) condicionar os programas de ensino às necessidades; 3) melhorar a qualificação do magistério em todos os níveis; e 3) assegurar instalações e equipamentos adequados.

Enumera as características do subdesenvolvimento educacional brasileiro, no ensino primário, médio e superior.

É razoável a proporção entre estabelecimento de ensino médio, particulares e oficiais, mas para que as escolas particulares possam integrar-se no processo geral de desenvolvimento é necessário que ela harmonize cultura humanística, científica e trabalho. (B.K.) 5.

37:62:659.3

PFROMM NETO, Samuel — Tecnologia da educação e comunicação de massa. *R. Hist.* 19 (75):231-239, jul./set. 1968.

A tecnologia é mais do que meras realidades objetivas, é uma força subjetiva de alta tensão.

A maioria da população do mundo está insuficientemente preparada para a nova era tecnológica, sendo esta vital para o homem. Os fatores e condições ligados à tecnologia da educação são: 1) explosão populacional e transição do ensino seletivo para o ensino de massa; 2) necessidade de novas técnicas de ensino; 3) aceleração do processo de mudança e a expansão do conhecimento; 4) compreensão crescente da importância da educação; 5) necessidade de preparação de cientistas e técnicos em sociedades cada vez mais orien-

tadas para a ciência e a tecnologia; 6) necessidade de mais e melhor educação geral para todos.

A instrução programada é um dos temas centrais da tecnologia do ensino, constituindo o melhor exemplo de interação entre ciência e tecnologia em educação.

Os fatores que dificultam as mudanças tecnológicas, segundo Foster, são as barreiras culturais, sociais e psicológicas. Inclui bibliografia. (B.K.) 6.

37:62.001.5

KERR, Warwick Estevam — Algumas considerações sobre o ensino e a pesquisa no desenvolvimento do Brasil. *R. Hist.* 19 (75):221-229, jul./set. 1968.

Ressalta a importância do ensino para uma nação e a importância da pesquisa para o Brasil, afirmando que este deveria promover a importância de "cérebros", colocando-os na posição de professores universitários.

Cita os dois preceitos de Blackett sobre a transferência de tecnologia: 1) se possível nunca reinventar; 2) adquirir equipamento e *know-how* tão próximo quanto possível do máximo de desenvolvimento tecnológico antes de iniciar um programa de pesquisa.

Os estudiosos chamaram de *The Widening Gap* ou seja "o atraso crescente" ao fenômeno que se vem verificando: os países pobres estão ficando mais pobres, ou como no caso do Brasil, menos pobre mas em velocidade muito menor do que os países ricos que ficam cada vez mais ricos e isto se deve, principalmente, à migração de cientistas, porque o governo não dá fundos aos cientistas para pesquisarem. (B.K.) 7.

37(09)(814.2)

TAVARES, Luís Henrique Dias — *Duas reformas de educação na Bahia 1895-1925*. Salvador, Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, 1968. 63p. (Sér. Estudos e Pesquisas).

Exposição das principais linhas de duas reformas da educação na Bahia, conhecidas sob o nome dos educadores que as lideraram: Satyro de Oliveira Dias e Anísio Spinola Teixeira, buscando examinar as condições e circunstâncias em que essas reformas procuraram construir o sistema educacional baiano. (B.K.) 8.

37(094.5)

CONSELHO Estadual de Educação de Pernambuco — Resolução n.º 01 de março de 1968. *Arquivos*, (15):8-23, mar. 1968.

Aprova o plano de aplicação em Pernambuco dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário, do Ensino Médio e do salário-educação no exercício de 1968. (B.K.) 9.

37(094.5)(814.2)

[A LEI orgânica do ensino; lei da reforma administrativa da Secretaria da Educação e Cultura; estatuto do magistério] [Salvador] Imp. Oficial, s.d. 63p. (Educação é Desenvolvimento, 3).

Reúne a Lei Orgânica do Ensino e a da Reforma Administrativa da Secretaria da Educação e Cultura de 1967, bem como o Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia. (M.L.L.) 10.

37(73)

FOOTLICK, Jerrold K. — *Uma nova era para a educação*. Trad. Nair Fortes Abu-Mehry, Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1968. 266p. (UniBloch sér. Educação).

Experiências procedidas nos Estados Unidos para o levantamento de novos problemas surgidos na área educacional e o equacionamento das soluções respectivas.

Destacam-se entre os assuntos abordados: utilização de recursos didáticos; método Montessori; ITA (moderno alfabeto); nova matemática; novas ciências; artes cênicas; aplicação de testes em massa (vantagens e validade). Na segunda parte estão os "novos problemas": o Sul e o integracionismo; o Norte e a segregação; ascensão ao colégio universitário; magistério etc. (B.K.) 11.

37.01:373.5

CALDEIRA, Eny — Da filosofia e validação dos objetivos educacionais nas escolas de nível médio. *Critéria* (8):20-26, jul./dez. 1968.

Convite à reflexão, num diálogo entre professores, alunos, pais, representantes da comunidade e especialistas, sobre os problemas do ensino médio, no intuito de uma reformulação da filosofia que o norteia.

Lembra que a autonomia escolar concedida pela LDB assegura uma educação pela liberdade, incentiva e confia nas possibilidades humanas de criatividade e de cooperação, e na firmeza de suas responsabilidades; que as metas educacionais sofrem contudo influência sensível das tendências e forças sociais atuantes; que as exigências experimentais dos alunos estão a impor processos racionais e vivenciais de aprendizagem, o que de algum modo vem sendo negligenciado no campo da instrução programada.

Opina que as leis de um país deverão ser conduzidas no campo educacional em termos de iniciativas, inspirações, responsabilidades, esperanças, criatividade e desenvolvimento humano no trabalho. (M.L.L.) 12.

37.014:321.02:338.92

GAMA, Célio Nogueira da — "Intelligentsia" educação e desenvolvimento. *R. Ceres*, 18 (84): 55-69, jul./agô. 1968.

Considera a educação como uma das esferas da sociedade na qual se projeta a ideologia elaborada pela *intelligentsia*.

Abordando especificamente o caso brasileiro, mostra, de uma perspectiva histórica, como a *intelligentsia* nacional fêz da educação uma barreira ao desenvolvimento econômico e social.

Englobando o período colonial brasileiro e estendendo-se até à Revolução de 30, concluiu que, apesar do rompimento ocorrido na estrutura ideológica da *intelligentsia* brasileira, esta se recompôs de modo não muito diferente de sua forma anterior e que êste fato tem contribuído para criar um hiato cultural entre a ação das elites e as necessidades de desenvolvimento econômico e social colocadas pela realidade brasileira. (B.K.) 13.

### 37.014.1

**BARSTED**, Dennis W. V. Linhares — *Cumprimento da obrigatoriedade escolar; dimensionamento do problema e quantificação da expansão*. I.P.E.A., Setor de Educação e Mão-de-obra, Rio de Janeiro, 1968. 50p. mimeogr.

Trabalho de caráter indicativo, visando sugerir uma linha de raciocínio que poderá ser utilizada no dimensionamento do problema e na quantificação da expansão do sistema escolar, levantando algumas idéias sôbre o assunto.

Pretende suscitar o debate sôbre o método mais adequado à situação de cada Estado. (B.K.) 14.

**MACIEL**, Carlos Frederico — *Uma metodologia para a operação-escola; planejamento da obrigatoriedade escolar primária no Recife*. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1969. 83p. mimeogr.

Propõe uma metodologia para a "operação-escola", tendo o Recife como caso exemplificativo, do qual, como base empírica, procura extrair procedimentos e instrumentos didáticos.

Nos aspectos quantitativos são abordados: dimensionamento da demanda: dados demográficos; balanço da oferta; a quantidade das matrículas; estrutura da matrícula; pirâmide das séries; organização das classes; desordem das idades; funcionamento do sistema: evasão e repetência; fluxograma dos alunos por idade e condição pedagógica. (M.B.N.) 15.

**SARAIVA**, Maria Teresinha Tourinho — *Operação-escola; cumprimento da obrigatoriedade escolar da população de 7 a 14 anos nas capitais e grandes centros urbanos estaduais*. Rio de Janeiro, I.P.E.A., Setor de Educação e Mão-de-obra, 1968. 12p. mimeogr.

Estudada a situação da população, constatou-se que com pequeno esforço financeiro poderia atender-se ao preceito constitucional.

O primeiro passo para a elaboração de um programa prioritário recebeu o nome de "Operação-escola", visando ao atendimento da população escolarizável nos municípios e capitais estaduais em 1969, e em outros grandes centros urbanos em 1970, ao menos ao nível da escola primária. (B.K.) 16.

37.014.5

ANDRADE, Gilberto Osório de — A educação dentro do contexto do planejamento das realidades nacionais. *R. Educ. Cult.* 8 (8):65-70, dez. 1968.

Veja BBE v. 16 n. 1, item 20.

17.

37.014.525

LINDEMANS, J. et alii — *Ensino, educação e cultura*, trad. do Ir. Faustino João. Petrópolis, Ed. Vozes, 1968. 135p. (Col. Textos Conciliares — Vaticano II).

Coletânea de textos conciliares selecionados referentes à missão educativa dos pais e mestres que assinalam algumas obrigações mais urgentes do cristão em relação à cultura. (M.L.L.)

18.

37.014.54:301

CHAER, Maria Anais — A escola comunitária e o engajamento da educação no processo de desenvolvimento econômico, social e político. *In: Anais da 2.ª Conferência de Educadores do Distrito Federal*, Brasília, 1967. Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, 1969, p.69-94.

Reflexões sobre o paralelismo das explosões demográfica e escolar, resultante esta da tomada de consciência do papel da educação na vida do país. A ação educacional não se desvincula do aspecto econômico e exige por isto um planejamento de tarefas prioritárias aliando sempre às vantagens da escola comunitária, para fazer face às dificuldades intrínsecas de nosso sistema educacional com um baixo rendimento de ensino, escola seletiva em nível elementar e analfabetismo funcional. (M.L.L.)

19.

37.014.6

FUNCIONAMENTO e inspeção de estabelecimentos de ensino. *ACTA*, 4 (8):10-18, 1968.

Resolução do Conselho Estadual de Educação determina que o sistema de ensino de S. Paulo funcione sob os regimes de autorização e reconhecimento, uma vez satisfeitas as exigências atinentes à manutenção, à direção, ao magistério local e instalações prediais, referindo-se também às exigências específicas para o ensino agrícola, de economia doméstica, artes aplicadas, ao ensino normal. Ficam sujeitos à inspeção estadual todos os estabelecimentos de ensino, sejam eles municipais ou particulares. (M.L.L.)

20.

37.015.3

CHAGAS, Zélia — Seminário sobre o ensino renovado. *Ens. secund.* 15(110):6-9, set./out. 1968.

Conceitua educação e enumera suas finalidades. Cita como objetivos do ensino, para efeito de técnica docente: 1) os automatismos (verbais-mentais) que os alunos devem adquirir; 2) os elementos ideativos ou cognitivos que devem assinalar; 3) os elementos atitudinais ou emotivos que devem desenvolver.

Todo o planejamento curricular deve processar-se num contexto social, requerendo a participação dos professores e seu desenvolvimento é parte do processo de administração escolar e de organização do trabalho da sala de aula. As escolas secundárias deverão organizar-se para alcançar os aspectos de maturidade exigido de seus alunos. (B.K.) 21.

37.015.3.001.4

LOURENÇO FILHO, M. B. et alii — *Três ensaios sobre avaliação educacional.* [Rio de Janeiro] Fundação Getúlio Vargas [1968] 89p. tabelas.

Três ensaios sobre avaliação educacional de autoria de: Lourenço Filho, versando sobre os "objetivos do ensino", elaboração de provas objetivas para medir escolaridade no ensino médio, discorrendo sobre a importância da definição dos objetivos educacionais e dos problemas da avaliação na educação.

O ensaio do Prof. Robert Ebel é sobre "uma Filosofia da medida educacional". Abordando os diversos aspectos da natureza e dos limites da medida educacional, analisa-os e estabelece proposições, convidando o leitor a considerá-las reflexivamente e decidir se esta formulação, ou alguma alternativa, expressa melhor uma convicção razoável ou não.

O ensaio do Prof. Frederick Davis trata das técnicas de análise dos itens, seu cálculo, interpretação e emprêgo na construção de testes, procurando sistematizar estes métodos. Inclui bibliografia. (B.K.) 22.

37.015.4

TEIXEIRA, Francisca Alba — *Interdependência entre o Brasil e o mundo* (plano de Unidade de Trabalho) Belo Horizonte, Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, 1965. 165p.

A escola primária visa integrar a criança na sociedade, devendo preocupar-se também em despertar nelas a compreensão humana para uma verdadeira coexistência pacífica. Esta é a razão de ser incluído no programa de unidades a serem desenvolvidas na 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> séries primárias, "Interdependência entre o Brasil e o Mundo", levando o aluno a: conhecer os tipos de relações entre o Brasil e outros países; desenvolver a compreensão do sentido da fraternidade humana e formar uma consciência nacional: compreender que os povos estão ligados por atividades e problemas comuns e que se interdependem; apreciar o valor que representam as diversas organizações continentais ou mundiais para segurança e a felicidade das nações e a usar adequadamente os vários recursos específicos de aprendizagem para informar-se sobre os assuntos em estudo. Inclui bibliografia. (B.K.) 23.

37.018.58

EBOLI, Teresinha — *Uma escola diferente.* Pref. de Anísio Teixeira. S. Paulo, Ed. Nacional [1969] 229p. ilust.

Registro de uma experiência escolar única levada a efeito no Brasil, mais precisamente no Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia (1956).

O projeto da escola inspirou-se na teoria da educação pela experiência, envolvendo estrutura completamente nova da escola, nova organização das classes, dos programas, do currículo e do método de ensino.

Durante seis anos, 350 crianças foram levadas a "organizar" a sua comunidade em sociedade, sendo socializadas no sentido mais amplo possível, dando ao método de aprendizagem a força de uma realidade social. A didática obedecia predominantemente às atividades *lúdicas*, evoluindo naturalmente para o *trabalho* e daí para o trabalho intelectual que é o *estudo*.

Os princípios dominantes da Escola da Aplicação — "A cidade da Alegria" — foi: 1) ter por centro a criança; 2) currículo constituído de atividades; 3) atender aos interesses das crianças encaminhando-as para futura participação na sociedade; 4) integração à vida real; 5) ter como objetivo a educação integral.

As crianças foram divididas por idade.

Depois de uma descrição geral de como funcionou a escola, segue a narração em detalhes de como surgiram algumas "atividades", como foram planejadas e sua organização e desenvolvimento. (B.K.) 24.

### 37.018.58

SILVA, Eurides Brito da — O Plano Morrison, uma experiência no colégio estadual "Augusto Meira". *Comun. pedag.*, 1(1):17-22, 1.º sem. 1967.

O "Plano Morrison", também conhecido como "método das unidades", tem sido aplicado em 2 turmas de 2.ª série do Colégio Estadual Augusto Meira, no Pará. Relata experiência em torno do tema "região nordeste", desde a fase de exploração de conhecimentos prévios do aluno através de testes adequados, das aulas com uma visão de conjunto da unidade, dos testes-de-contrôle de compreensão e assimilação da matéria, dos esquemas organizados de modo a fixar aqueles conhecimentos, à fase final de recitação, exercitando a expressão oral e escrita do aluno. Plano ilustrativo da referida unidade didática discrimina os objetivos, o número de aulas, o esquema da matéria, as atividades docentes e discentes e material didático utilizados. (M.L.L.) 25.

### 37.02:373.5

BONAPACE, Adolphina Portella — Tentativa de apreciação da teoria da análise de Barthes, em nível da escola secundária. *Curriculum*, 8 (1):7-12, jan./mar. 1969.

No curso clássico, tomando um romance considerado psicológico, o professor explicará a teoria da análise estrutural de Barthes depois que a obra for lida e debatida por todos os alunos. Caberá ao professor orientar o esforço discente e encaminhar o raciocínio dos alunos rumo à *significação* da obra, o que permitirá situá-la em estrutura mais ampla e rica de novas significações. O professor mostrará os três níveis da narrativa de ficção: o nível das funções; o das ações e o da narração, níveis estes que se completam e se interpenetram.

Demonstrado o objetivo estético, mostrará o professor como é possível reorganizar os fragmentos, para abrir-lhes nova significação. (B.K.) 26.

37.035.46

POENER, Artur José — *O poder jovem; história da participação política dos estudantes brasileiros*. Pref. Gen. Pery C. Bevilaqua, Apresent. Antônio Houaiss [Rio de Janeiro] Civilização Brasileira [1968] 385p. ilust. (Retrato do Brasil 68).

Documentário da atividade cívica da mocidade estudantil ao longo da História.

Focaliza a contribuição dos moços estudantes desde as campanhas da Abolição e da República até nossos dias.

A primeira parte consta de: Antes da UNE (estudantes no Brasil Colônia; Império; a rebelião da juventude militar; o estudante na primeira e na segunda República); na segunda parte: a partir da UNE (a fundação, a instalação e consolidação); a UNE no combate ao Eixo e ao Estado Nôvo; a UNE na quarta República; Faculdade Nacional de Filosofia, escalão avançado dos estudantes; governo contra os estudantes; a rebelião dos jovens contra o governo e as perspectivas da rebelião dos jovens no governo Costa e Silva. Inclui documentário, nota complementar, bibliografia e índice onomástico. (B.K.) 27.

37.048.4

PROFISSÕES e vida; acerte na escolha do seu futuro. Belo Horizonte, Grupo Gente Nova, 1968. 135p. (Cad. de Form. e Cult. 29).

O trabalho de orientação profissional implica dois aspectos fundamentais — o diagnóstico das aptidões, tendências e interesses conjugados às necessidades sociais da comunidade. Nem toda aptidão contudo predomina no indivíduo de modo a incliná-lo decididamente para sua atuação. Os testes esclarecem sobre os interesses que pesam na escolha da profissão sem contudo impô-la, e sua estabilidade começa a se manifestar por volta dos 17 anos, sob a influência marcante da família, da escola e da comunidade.

Oferece informações gerais sobre as profissões de administrador, engenheiro, arquiteto, matemático, economista, assistente social, sociólogo, médico, psicólogo, psiquiatra, jornalista, burocrata, filósofo, pesquisador, contabilista, assinalando-lhes os objetivos, e capacidades imprescindíveis ao exercício de suas funções. (M.L.L.) 28.

37.048.45.001.5

BARROS, Onira de Carvalho — *Expectativas de trabalho e mobilidade*. B. C.R.P.E. João Pinheiro, (7): 1-101, s.d.

Pesquisa realizada com o objetivo de, mediante questionário, investigar sobre as concordâncias e discordâncias entre as aspirações e expectativas profissionais, em termos de realização e frustração, em um universo de 218 alunos da 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> séries da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.

Consideradas as respostas, comparativa e percentualmente em relação ao curso, à série, sexo e *status* sócio-econômico, observa-se que a maioria dos alunos exerce o magistério secundário, profissão que lhes parece oferecer melhor oportunidade de trabalho para formados em Faculdade de Filosofia, recaindo nesta área a maior percentagem das suas expectativas. As aspirações contudo

não coincidem exatamente: o maior índice está no campo da pesquisa, seguido do magistério secundário e superior, variando conforme o curso, o sexo e classe social. 52% revelam-se frustrados e 46% como realizados, confirmando-se deste modo a hipótese central de não coincidência entre aspirações profissionais do aluno e suas expectativas.

Baseado ainda em dados do mesmo questionário, mostra a satisfação do aluno em relação ao curso, na escala do ótimo ao péssimo, suas críticas e sugestões para reformas de ordem interna e funcional da Faculdade e altas expectativas de mobilidade de uma classe para outra em relação às condições do pai. (M.L.L.) 29.

## 37.053.3

RUSSEL, Bertrand — *Da educação; especialmente na primeira infância*. Trad. Monteiro Lobato, 4.<sup>a</sup> ed. rev. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo, Ed. Nacional, 1969. 197p. (Bibl. do Espírito Moderno, série 1.<sup>a</sup> Filosofia — 6).

As edições anteriores desta tradução foram publicadas com o título *Educação e vida perfeita*.

Veja bibliogr. bras. educ. v. 4 n. 3, item 2.

30.

## 371(814.2)

[RESUMO das atividades da Secretaria de Educação e Cultura em 1967] Salvador, Impr. Oficial, 1968. s.n.p. (*Educação é Desenvolvimento*, 4).

Súmula das atividades governamentais no campo educacional, em 1967. Executando o Plano de Emergência, construiu 441 salas de aula para o primário, 150 no interior, 131 para o ensino médio, conforme discriminação por município, sendo devidamente beneficiadas com a distribuição de material didático e merenda escolar. Distribuiu 13.465 bolsas-de-estudo para o ensino médio, preocupando-se igualmente com a instalação de ginásios orientados para o trabalho em diversos municípios. Promoveu cursos ministrados pelo rádio e TV para preparação aos exames de madureza e de orientação para o concurso do magistério primário. Assinala também providência na área cultural em geral. (M.L.L.) 31.

## 371.1

PERNAMBUCO. Comissão Estadual de Planejamento do Ensino Médio. *Planejamento do ensino médio 1968-1977; fasc. III 1: professores — situação quantitativa e avaliação das necessidades*. Recife, 1968. 71p. mimeogr.

As soluções tomadas atendem a problemas imediatos e vistos de *per si* sem conexão com a perspectiva global.

O primeiro capítulo faz uma análise da atual situação com algumas considerações preliminares da situação dos professores de ensino público e particular. O segundo capítulo apresenta aspectos metodológicos da avaliação da necessidade de pessoal docente, verificando-se má distribuição. Aborda apenas a situação atual do pessoal docente do ensino médio, aspectos quan-

titativos, apresentando as metas 68/77 e os aspectos qualitativos. Abrange o pessoal docente do ensino público com três entidades mantenedoras — União, Estado e Município; e de ensino particular dividido em Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e particulares pròpriamente ditos.

Analisa também a situação do pessoal discente (relação professor/aluno, o número de turmas para calcular a necessidade de professor etc). Inclui índice dos 41 quadros apresentados. (B.K.) 32.

371.12:061.3(817.4)

**BERNARDES, Hugo Gueiros** — Assistência sistemática aos que ultrapassaram a idade de freqüência à escola.

Veja 376.

**CHAER, Maria Anais** — A escola comunitária e o engajamento da educação no processo de desenvolvimento econômico, social e político.

Veja 37.014.54:301.

**FARACO, Itália Zaccaro** — Formação do professor secundário e superior.

Veja 371.13:373.5+378.

**FREITAS, Maria de** — Formação do professor primário.

Veja 371.13.373.3.

**RECOMENDAÇÕES da 1.<sup>a</sup> Conferência de Educadores do DF. Grupo I a XI. In: Anais da 1.<sup>a</sup> Conferência de Educadores do Distrito Federal, Brasília, 1966. Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, 1967, p.95-124.**

Analísado o temário da Conferência — a problemática da educação no Distrito Federal do prisma da filosofia da LDB, conclui e recomenda: 1) sôbre a necessidade de escolas de currículos diversificados, com orientação profissional e de cursos de aperfeiçoamento de professores, mantidos pelas Secretarias de Educação e reforçados na sua base filosófica, psicológica e metodológica; 2) revisão de currículos e programas com certa flexibilidade, incluindo-se práticas educativas; 3) providências junto aos poderes públicos para a integração da escola e comunidade; 4) revisão e uso de material didático e recursos audiovisuais, criação de bibliotecas públicas volantes; 5) sôbre a necessidade de selecionar candidatos ao curso normal pela aferição da problemática vocacional; 6) enfatizar os estudos de psicologia e sociologia educacional, ligados à prática de ensino e sua metodologia nos currículos das escolas normais; 7) acompanhamento do professor primário nos três primeiros anos de magistério para avaliação dos trabalhos de escola normal.

Refere-se ainda aos aspectos quantitativos e qualitativos do rendimento da aprendizagem na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> séries primárias, à continuidade do processo educativo nos níveis preliminar, primário e médio, à promoção automática, exigindo preparo e assistência especial ao professor e à classe. (M.L.L.) 33.

371.12:061.3(817.4)

SIQUEIRA, Cleantho Rodrigues de — Novos tipos de escolas médias.

Veja 373.5:371.214.

371.12:37.048.45

A Vocação do Professor. In: *Profissões e Vida*; acerte na escolha do seu futuro. Belo Horizonte, Grupo Gente Nova, 1968. p. 12-128. (Cad. Forma o e Cultura, 29).

Constituem traços característicos da vocação de professor: 1) o g sto de agir sôbre o espírito humano, de participar na forma o de seu caráter, o que supõe qualidades morais e de inteligência e segurança nos julgamentos; 2) f  numa ordem de valores, irradiando tal convic o; 3) o servir de exemplo de vida ao aluno. O professor tem por missão abrir os olhos do aluno para o mundo, para os homens e sôbre si mesmo, aguçando-lhe o espírito crítico e de pesquisa; com o ensino, oferece uma aprendizagem coletiva, metódica daquela realidade, enriquecida com a comunica o e respeito recíprocos entre aluno-professor e comunidade. (M.L.L.) 34.

371.12:373.3

OLIVEIRA, Oscar de — As benem ritas professoras das escolas primárias. *Estudos*, 29(1):14-18, jan./mar. 1969.

Destaca o papel da professora primária no desenvolvimento integral do homem. Refere-se   didática utilizada na escola primária que deve ser calçada no bom exemplo e nos princípios de democracia. Cita o civismo como ensinamento indispensável   educa o primária. Aponta a família como primeira escola e mostra a necessidade de entrosamento entre pais e mestres. (M.B.N.) 35.

371.12:373.3:159.9.019.4(815.11)

TAVARES, José Nilo — Atitudes pedagógicas das professoras do curso primário de Belo Horizonte. *B. C.R.P.E. João Pinheiro*, (7):103.127. s.d.

Relatório de pesquisa realizada junto a 56 professoras primárias de Belo Horizonte, utilizando-se o "Minnesota Teachers Attitude Inventory". Det m-se na interpreta o das respostas sôbre as atitudes das professoras com rela o ao comportamento dos alunos e em rela o ao próprio comportamento, analisados face   dualidade da educa o moderna e antiga, positiva e negativa, compreensiva e coercitiva, constatando uma discrepância entre a atitude teórica e prática devidamente observada.

Tece considera es em t rno da filosofia educacional daquele magistério, manifesta através de atitudes e emissão de juízos e valores sôbre os problemas sexuais, de autoridade, disciplina e finalmente sôbre suas idéias quanto ao currículo e sistema de ensino vigentes. (M.L.L.) 36.

371.12(092)

VELHO, Carlos de Brito — J. Fernando Carneiro, o educador. *Estudos*, 29(1): 67-70, jan./mar. 1967.

Enaltece a atuação de J. Fernando Carneiro como médico e educador cristão. Refere-se aos seus êxitos alcançados na sua obra educativa como quase milagres e os explica por meio de algumas normas seguidas por ele, que são: o culto da verdade, que faz com que o professor não aparente o que não é e não diga o que não pensa; espírito de justiça, que leva o professor a tratar todos os alunos com igualdade e justiça; a prudência, que leva a distinguir o oportuno do inoportuno; a bondade, virtude que consiste em fazer os outros felizes; o amor, através do qual o educador se devota a sua tarefa. (M.B.N.) 37

371.13

FREITAS, Maria de — Formação do professor primário. In: *Anais da 2ª Conferência de Educadores do Distrito Federal*, Brasília, 1967. Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, 1969. p. 95-107.

Partindo da consideração da educação como processo dinâmico de desenvolvimento e ajustamento, seria eficiente oferecer ao estudante normalista uma base cultural segura, ligada à realidade sócio-econômica da região, um conhecimento vivenciado no processo de aprendizagem, o domínio de técnicas de ensino tanto quanto possível atualizadas, o conhecimento de materiais audiovisuais sólidos e, além disso, alertá-lo para o processo rápido de evolução cultural e científico que o mundo atravessa, fazendo dele um pesquisador constante e observador perspicaz. (M.L.L.) 38

371.13:373.3

PINHEIRO, Lúcia Marques & PINHEIRO, Maria do Carmo Marques — *Prática na formação e no aperfeiçoamento do magistério primário*. 1.º v. S. Paulo, Ed. Nacional [1969] 406p. (Teoria e Prática da Educação primária, 1).

Esboço do que seria um tratado de clínica geral educativa no campo da educação primária.

Inicialmente há conselhos sobre o que observar e como observar, partindo daí para uma consideração prática dos elementos fundamentais do processo educativo propriamente dito e das formas de trabalho do ensino. De posse dessas diretrizes o professor prosseguirá examinando, primeiro como avaliar e medir o rendimento do seu trabalho e, depois, o desdobramento do conteúdo do ensino e dos métodos, modos e técnicas de o desenvolver para o máximo proveito do aluno.

Mostra como o problema vem a ser sentido e pode ser formulado, para depois examiná-lo como poderia ser resolvido. (B.K.) 39

371.13:373.5+378

FARACO, Itália Zaccaro — Formação do professor secundário e superior. In: *Anais da 2ª Conferência de Educadores do Distrito Federal*, Brasília, 1967. Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, 1969. p. 111-120.

A escola média propicia a cultura geral ao lado de um preparo profissional, exigindo dos seus professores sensibilidade prospectiva tecnológica, uma atitude profissional e a consciência da necessidade de um trabalho de equipe. Referindo-se à seleção dos candidatos ao curso de formação de professores, mesmo de nível primário, considera a importância do uso das técnicas psicológicas e comenta que a seleção deve ser feita mais propriamente dentro do curso, para compensar a definição profissional prematura e preocupa-se mais no que o curso possa fazer para a profissão e estimular para o magistério primário.

Sugere o sistema de supervisão técnico-pedagógica especializada mantida pelas escolas para os professores polivalentes que se iniciam na carreira do magistério, prestando-lhe uma assistência nas áreas em que se sintam menos seguros; a unidade do currículo, não para uma série mas para todo o curso, e sua planificação em extensão de profundidade e, finalmente, o prolongamento de duração do estágio na prática de ensino. (M.L.L.) 40.

371.15.001.5(815.4)

Pesquisa do Sindicato dos professores do Rio de Janeiro — Situação sócio-econômica do professor na Guanabara. *B. inf. CBPE*, (139): 15-19, fev. 1969.

Pesquisa sócio-econômica e cultural realizada entre o professorado da Guanabara, demonstrando em suas conclusões que a maioria do professorado recebe um salário mínimo. Não possui casa própria, mas revela um desejo de aprimoramento cultural. Sua família possui em média 3 dependentes. O melhor salário oferecido pelas escolas públicas tem levado os professores de escolas privadas e se submetem a concursos. Os dados indicam que o professor mais sacrificado é o primário. (B.K.) 41.

371.212.72

SILVA, Iêda Dias da — Repetente potencial a ser explorado. *Criança e Escola*, (18): 15-18, 1969.

O primeiro passo para resolver o problema do repetente é o diagnóstico das causas.

Uma das causas pelas quais muitas crianças não aprendem a ler é o emprêgo de material inadequado. O material empregado deve ser um meio, não um fim.

É necessário uma percepção individual de cada aluno resultando na valorização do potencial humano.

Apresenta algumas idéias sobre métodos, processos, técnicas e materiais de ensino da leitura. (B.K.) 42.

371.217.2

MAURÍCIO, Héli Vecchio & BORGES, Pedro — *Guia escolar de alimentação e higiene*. Rio de Janeiro, Ed. Técnica Brasileira, 1968. 73p. ilustr.

Expõe os problemas sobre educação alimentar e cuidados higiênicos, de maneira a poder construir base para pequeno curso e também servir como roteiro de professores e educadores. (B.K.) 43.

PINTO, Lázara Teresinha de Oliveira — A alimentação escolar e a comunidade (trabalho premiado no concurso CNAE, n.º 2) *Campanha Nac. Alimentação esc.* (12): 18-19, 1968.

Caracterização sócio-econômica da comunidade que se insere no "Grupo Escolar Prof.<sup>a</sup> Carlina Caçapava Melo" (Santo André — SP) das famílias que possuem filhos neste Grupo e ainda de uma família padrão da comunidade mediante apresentação de estudo de orçamento familiar.

A seguir faz estudo comparativo da alimentação como fator preponderante da saúde e bem-estar com demonstração do orçamento da família padrão com filhos no G.E. citado, enfatizando o problema da alimentação.

Conclui que as famílias do bairro não têm condições econômicas para suprir as necessidades alimentícias, salientando, por fim, a importância da merenda escolar. (B.K.) 44.

371.3(73)

✓ FOOTLICK, Jerrold K. — Uma nova era para a educação.

Veja 37(73).

371.322.2

PENTAGNA, Romanda Gonçalves — *Estudo dirigido*. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos, 1967. 282p. ilustr.

Resultado da experiência na aplicação da técnica de trabalho em grupo de nível de escola primária em turmas do Grupo Escolar "Getúlio Vargas" (1954) e em 1964 nos Grupos Escolares de todo o Estado da Guanabara. Finaliza com os modelos de sessões de estudo dirigido apresentados por alunos dos cursos dados no Estado do Rio. (B.K.) 45.

371.333

VAGONES, Elvira Wanda — O método audiovisual. *Anu. da Fac. Fil. Ci. e Letras*, 1967-68, 79-82, São Paulo, 1968.

Para dar aos alunos de curso médio elementos básicos a fim de que possam seguir um curso superior de língua e literatura francesa, e vencer um fator importante que é o tempo, a solução é um curso audiovisual. O método é o resultado de uma experiência coletiva, controlado por lingüistas, foneticistas, psicólogos e pedagogos e a língua estrangeira é ensinada como um meio vivo de comunicação.

Descreve o método (*Voix et images de France*): a primeira e a segunda parte deste método se compõe de apresentação e da explicação *própriamente dita e repetição*. A terceira parte é dedicada à fonética. (B.K.) 46.

371.684/687:061.3(100)

Sousa, Alfredina de Paiva E. — Educational uses of radio and television in Brazil. In: *Third EBU International Conference on Educational Radio and Television*, Paris, march 8th — 22nd 1967. Paris, Office de Radio-difusion-Television Française, 1968. p. 383-386.

Após breve apresentação das condições brasileiras de extensão territorial, densidade de população e analfabetismo, mostra o papel do rádio e TV no campo educacional. Salienta os projetos atualmente em mira e patrocinados pelo MEC para beneficiar aqueles que não tiveram oportunidade de uma escola regular primária ou secundária, com programas correspondentes ao artigo 99 elaborados por Estado com a respectiva documentação, e cujo material é distribuído gratuitamente aos alunos.

Mostra como tais programas têm sido levados a efeito pela TV paulista, Universidade do Rio de Janeiro, de Recife e pela Fundação João Batista do Amaral e os resultados obtidos. Conta o Brasil com 500 centros audiovisuais, 103 frequências reservadas aos programas de TV educativa, ao alcance dos Estados e Universidades. (M.L.L.) 47.

371.684/687(81)

Sousa, Alfredina de Paiva E. — Educational uses of radio and television in Brazil.

Veja 371.684/687:061.3(100).

371.7:613.71:373.3

MILWARD, Léa — Sugestões para um planejamento anual de educação física na escola primária. *B. Téc. Inform.* (1): 56-59, jan. 1968.

Plano anual das atividades da Educação Física na escola primária, obedecendo aos objetivos de: contribuir para assegurar condições de saúde; desenvolver bons hábitos e atitudes; promover a aprendizagem de atividades específicas e desenvolver física, psíquica e socialmente a criança. (B.K.) 48.

371.7:613.71.001.7

FALIZE, Julien — Reformulação da estrutura internacional da educação física e dos desportos. *B. Téc. inf.* (1): 21-27, jan. 1968.

Com o presente desenvolvimento e aparecimento de novas organizações internacionais, objetiva incrementar as relações entre elas, fazendo um movimento no sentido de reformular e unificar todas as organizações ligadas à educação física e aos desportos. (B.K.) 49.

372.41/45:061.3

PRIMEIRO Simpósio de Iniciação à Aprendizagem Sistemática da Leitura e da Escrita (ISIASLE). Belém, 1966. *Comun. pedag.*, 1 (1):65-75, 1.º sem. 1967.

Constituiu matéria de estudo do simpósio a importância do jardim de infância, a prontidão para a leitura e escrita, critérios aconselháveis para

a composição de turmas, método global de ensino e suas vantagens, principais causas da repetência na 1.<sup>a</sup> série, colaboração dos pais, crianças difíceis. Os grupos de trabalho apresentam as respectivas conclusões e oferecem sugestões de ordem prática naquelas áreas. (M.L.L.) 50.

372.46

BACHA, Magdala Lisboa et alii — *Aprender a ouvir e ouvir para aprender*. 3 ed. [Belo Horizonte] CRPE João Pinheiro, s.d. 32p. (Cadernos de Educação, 5).

O ouvir é o ponto fundamental para aquisição de habilidades lingüísticas. O interesse, o motivo e o ambiente são fatores que influenciam na maneira de ouvir e, conseqüentemente, na aprendizagem. A professora deve estar alerta quanto ao nível e qualidade de audição dos alunos e suas atividades devem ser orientadas no sentido de despertar a atenção da criança por meio de conversas, discursos, histórias, palestras, dramatização, audição de discos, muitas vezes antecipando os trabalhos de classe. (M.L.L.) 51.

373.2:061.3(8=6)

ABI-SABER, Nazira Feres — Política social. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 38-46.

Descreve o cenário em que se encontra a população brasileira nos seus deficits econômicos, sociais, educacionais e tecnológicos para atender às necessidades dos 15 milhões de pré-escolares do país, comentando sobre as discordâncias em torno da linha política de ação naquele sentido.

Defende o esforço próprio dos países, com espírito de colaboração, contra a posição comodista de apenas receber a ajuda paternalística de países mais desenvolvidos, e sugere a formação de uma mentalidade favorável à proteção do pré-escolar. (M.L.L.) 52.

BAY DE ESCOBAR, Marisa — Atención al preescolar en el area pedagógica y sus concomitantes. El enfoque multidisciplinário. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 201-206.

A educação pré-escolar, básica no desenvolvimento do individuo, implica a formação de hábitos, incorporação de experiências, estabelecimento de relações, estímulo das formas vitais de expressão, adaptação social, enfrentando as modificações ambientais. Para maior eficiência na consecução desses objetivos, aconselha um enfoque multidimensional dos antecedentes familiares da criança, seu relacionamento, linguagem, conduta e reações, realizado sob o prisma da visitadora social, do médico, pediatra, neurologista, psiquiatra, psicólogo e mesmo do foniatra, numa avaliação controlada dos dados para saber das oportunidades de agir e como fazê-lo junto à criança e sua família. (M.L.L.) 53.

373.2:061.3(8=6)

BONDI, Freda Jardim — Importância do aprendizado de arte na faixa pré-escolar. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 217-221.

Com o ensino da arte para o pré-escolar visa-se estimular a capacidade inventiva, a manualidade, o trabalho de grupo, o desgaste de energia motora e principalmente suas faculdades criadoras, proporcionando a manifestação de suas personalidades por meio das técnicas artísticas. Discrimina os meios técnicos e material adequados, ao alcance da criança, mostrando as suas vantagens. (M.L.L.) 54.

CARRAZONI, Maria Elisa — O ensino pré-escolar no Brasil. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 28 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p.169-174.

Informações do documento apresentado à 24.ª Conferência Internacional de Instrução Pública mostram que a educação pré-escolar no Brasil é facultativa, sem inspeção especial do Governo a seu ensino, muito embora dê subvenções para estabelecimentos que mantêm creches, classes maternas e infantis. A legislação prevê a formação de professores pré-primários, mas sempre em nível de especialização, o que vem sendo realizado em diversos Estados com diferentes currículos. Refere-se à situação do pré-escolar nos Estados Unidos, Bulgária, Canadá, Inglaterra, Itália, comparativamente ao Brasil, trazendo sugestões de ordem prática no sentido de um programa de pesquisa e assistência técnica pelos órgãos especializados do MEC. (M.L.L.) 55.

CONCLUSÕES e Recomendações. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 149-153.

As conclusões do Encontro sobre a conceituação do pré-escolar, suas necessidades básicas e sobre o planejamento e organização do seu atendimento, dentro de uma política social, conduziram a recomendações no sentido de: 1) enfatizar os programas de treinamento e supervisão de pessoal de todos os níveis de conhecimento; 2) revisão das leis sobre o abandono da criança, para uma maior segurança dos programas de adoção e colocação familiar; 3) implantação de novo código de menores; 4) incentivar as campanhas de educação alimentar, a industrialização dos produtos de baixo custo com alto valor nutritivo; 5) planos de habitação atentando para a prevenção de acidentes; 6) levantamento dos problemas do excepcional por pessoal competente para atuação pedagógica necessária; 7) elaboração e execução de programas que visem à profilaxia da saúde mental do pré-escolar e do pessoal que o assiste; 8) organização de comissões governamentais para estudo do plano de proteção ao pré-escolar. (M.L.L.) 56.

373.2.061.3(8=6)

ETCHEGOYHEN DE LORENZO, Eloísa Garcia — La edad preescolar, desafio a la educación. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 193-199.

Considera a idade pré-escolar oportuna por excelência para iniciar uma ação preventiva e de estimulação, para garantia de uma melhor adaptação da criança. Para isto sugere que em programa de atendimento ao pré-escolar, se faça um diagnóstico precoce e preventivo de seus *deficits* e inabilidades; evite-se a segregação por *esses deficits*; o reforçamento do trabalho no grupo, exercitando-se as áreas motoras, visuais, perceptivas, táteis, auditivas como pré-requisitos para qualquer aprendizagem; que sejam criadas condições de segurança efetiva, preparo e formação de pessoal para trabalho neste campo. (M.L.L.)

57.

LOURENÇO FILHO, Manoel B. — Necessidades básicas do pré-escolar. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 23-37.

Veja Bibliogr. bras. Educ. V. 17 n. 1 item 40.

58.

SAJON, Rafael — Protección social y legal del preescolar através de la colocación familiar y de la adopción. In: *Anais do 1.º Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar*, Rio de Janeiro, 21 a 27 de julho de 1968. Rio de Janeiro, s.ed. s.d. p. 47-56.

Após uma série de considerações sobre a problemática social da criança desamparada, aponta as providências de proteção social e legal de acordo com as recomendações dos 8.º e 12.º Congressos Panamericanos del Niño, da XI Assembléia da OMEP em 1966, em Paris, salientando o papel das agências de proteção e bem-estar infantil no sentido da colocação familiar gratuita ou remunerada, dos lares adotivos ou da adoção que se efetua com maior proveito para a criança, dos 3 aos 9 meses, permitindo-lhe um desenvolvimento harmônico e sem desajustes. (M.L.L.)

59.

373.24

REIS, José — Instrução precoce. *SESI-escola*, 4 (13):1-2, jan./mar. 1969.

A ponderação dos resultados até agora obtidos e a análise das possibilidades que a instituição precoce oferece (do nascimento até aos seis anos), mostra que o jardim da infância não teria caráter quase exclusivamente de socialização e divertimento, levando os pesquisadores que se dedicam à questão a formular algumas considerações: 1) deixando de ensinar precocemente, estamos não raro perturbando a instrução que virá depois; 2) o sistema de ensino teria de ser totalmente reformulado.

O ensino pré-escolar teria de ser quase individual, e haveria uma inversão, pelo menos financeira, na aplicação de verbas de ensino.

O aluno "mais caro" seria o do curso pré-primário. (B.K.)

60.

373.3:31

SCHULTZ, Zenaide Cardoso — O *deficit* escolar no ensino primário e suas implicações. *SESI-escola*, 2 (12): 12-13, out./dez. 1968.

Dados do censo escolar de 1964 revelam que 4,7 milhões das crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas não apenas por falta de estabelecimentos de ensino. Agrava-se o problema na zona rural, onde o nível econômico-cultural é o principal responsável pela abstenção às aulas, o que também se confirma relativamente ao nível de instrução dos pais ou responsáveis. Nas zonas urbanas o *deficit* se manifesta diferentemente — 3 ou mais turnos com redução de tempo de aula e talvez de qualidade de ensino.

Necessários se tornam, por isto, estudos e levantamentos locais da realidade educacional como base para a extensão da rede escolar, numa medida conjunta dos governos federal, estaduais e municipais — objetivo dos programas de Assistência Técnica Federal aos Estados. (M.L.L.) 61.

373.3:31(813.4)

SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento do Nordeste. Departamento de Recursos Humanos. Divisão de Estudos de População. *O ensino primário no Estado de Pernambuco*. Recife, 1967 (Publ. DRH 847). 25fls. mimeogr.

Baseado em dados preliminares do censo escolar de 1964 fornecidos pelo IBGE, mostra o total de unidades escolares, salas de aula, matrículas efetivas, professores em exercício segundo o grau de formação, e a frequência de alunos de 7 a 14 anos, por município e zonas fisiográficas do Estado de Pernambuco. (M.L.L.) 62.

373.3:37.014.3

SARAIVA, Maria Teresinha Tourinho — *Reforma do ensino primário; Considerações finais* (V). Rio de Janeiro, I.P.E.A., Setor de Educação e Mão-de-obra, 1968. 6p. mimeogr.

Muitos aspectos negativos no sistema escolar concorrem para a reprovação e a evasão. As atuais condições do sistema, bem como o processo de ingresso no primeiro ciclo do ensino médio, tornam nossa escola seletiva e antidemocrática, durante o período da escolaridade obrigatória.

A reforma que o ensino primário está a exigir baseia-se em quatro procedimentos: graduação escolar por idade; programa diversificado; avaliação de aprendizagem — modificação dos objetivos das provas; e reformulação do sistema de promoção.

Todos os estudos já realizados concluem que está na passagem da 1.<sup>a</sup> para a 2.<sup>a</sup> série o grande gargalo do ensino primário.

Duas hipóteses podem ser levantadas: 1) a escola primária brasileira exige muito da criança na promoção da 1.<sup>a</sup> à 2.<sup>a</sup> série; 2) o programa exigido para a 1.<sup>a</sup> série é longo, para ser mostrado num só ano escolar.

Algumas medidas são indispensáveis para que se cumpram os dispositivos relativos ao período de escolaridade obrigatória: dosar melhor o ensino; adaptá-lo às diferentes capacidades das crianças; mudar os padrões de avaliação; reformular o sistema de promoção; ampliar a duração real do curso primário; preparar e aperfeiçoar o professor. (B.K.) 63.

373.3:37.014.3(816.2).001.5

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. — *Reforma do ensino primário; levantamento dos grupos escolares de Curitiba*. 1968. 66p. e anexos. (1).

Levantamento realizado com o objetivo de acompanhar, de 1963 a 1967, os alunos da 1.<sup>a</sup> à 5.<sup>a</sup> série, observando a situação das classes dos grupos escolares de Curitiba, quanto ao professor, livro adotado, administração escolar, relativamente às modificações introduzidas pelo Decreto n.º 10290/62, quanto à extensão da escolaridade e admissão à 1.<sup>a</sup> série de crianças de 6 anos de idade.

Registraram-se 1 482 professores, a maioria normalista, de grau colegial. Observa-se que em 73% das classes é seguido o método analítico, adotando-se a mesma cartilha e empregando-se o processo da palavração.

As classes de primeira série são geralmente organizadas segundo o nível de maturidade, no máximo com 25 a 35 alunos, submetidos ao teste de maturidade para a leitura e escrita, adaptação de Prudhomeau; as demais, de acordo com o aproveitamento no ano anterior. Em 47 592 alunos nota-se certa desordenação quanto à idade prevista para a matrícula em cada série, incidindo maior índice de repetência na 1.<sup>a</sup> série.

Mostra a distribuição dos alunos de acordo com a categoria ocupacional e remuneração dos pais, apresentando sugestões de ordem prática quanto à administração, no que se refere à evasão escolar, o conceito de medida de rendimento escolar, apoio à criação de oficinas de artes industriais e atividades manuais variadas, e da Associação de pais e mestres. Os professores de primeira série devem ser os mais experientes, merecendo atenção especial das autoridades no sentido de seu aperfeiçoamento e segurança no uso dos métodos, técnicas e material didático adequados aos diversos alunos. (M.L.L.) 64.

373.3:37.014.542.1

INSTITUTO de Pesquisas Econômicas-Sociais Aplicadas — *Um modelo para o dimensionamento da expansão do sistema educacional primário*. Rio de Janeiro, Setor Educação, 1967. 31p. mimeogr.

Mostra as mutações da composição do sistema educacional, considerando a chegada dos jovens à idade de escolarização primária, o fluxo dos alunos através das séries, as egressões e as conclusões de cursos verificadas.

Analisa as alternativas sócio-econômico-financeiras da manutenção do sistema promocional vigente e da adoção dos sistemas de promoção semi-automática; concluindo que este último sistema deve ser adotado imediatamente. (B.K.) 65.

373.3(047)(817.4)

DISTRITO Federal. Secretaria de Educação e Cultura. Coordenação de Educação Primária. — *Anexo do Relatório da Coordenação de Educação Primária [Brasília]* 1968. p. irreg.

Reúne levantamentos, gráficos, análises, pesquisas, relatórios, avaliações, questionários, quadros demonstrativos etc. que serviram de base para o relatório final de 1968 da Coordenação de Educação. (B.K.) 66.

373.3(-202)

SARAIVA, Maria Teresinha Tourinho et alii — *Problemas do ensino primário brasileiro nas áreas rurais*. Rio de Janeiro, I.P.E.A., Setor de educação e Mão-de-obra, s.d. 24p. mimeogr.

Visa apresentar uma contribuição aos problemas educacionais, das áreas rurais por meio dos estudos, análises e experiências de campo de alguns elementos do Setor de Educação e Mão-de-obra do I.P.E.A.

Mostra os problemas fundamentais da educação rural, esboçando suas linhas genéricas e sugerindo soluções. Inclui um quadro sinóptico que é a síntese da problemática da educação rural. (B.K.) 67.

373.3(816.2)

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. *O Ensino primário no Paraná; Programa para escolas primárias do Estado*, N. 1. s.l. s.ed. 1967. 60p.

Programa de ensino para grupos escolares, casas escolares e escolas isoladas, em vigor a partir de 1967, discriminando por série o conteúdo de linguagem, matemática, estudos sociais, ciências físicas, naturais e higiene, com seus respectivos objetivos. Salienta o mínimo essencial para as escolas isoladas. (M.L.L.) 68.

373.5+377.8:31(816.1)

CENTRO Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, S. Paulo. *Estudo percentual relativo à rede de ensino secundário e normal do Estado de S. Paulo*, 1967. S. Paulo, C.R.P.E., Serv. de Documentação e Intercâmbio, 1967 s.n.p. (Informativo S.D.I., 1).

O presente estudo tem por base dados coletados na Divisão de Ensino Secundário e Normal do Departamento de Educação de S. Paulo, e discrimina, por Inspeção Regional, o número de alunos, classes e professores distribuídos nas diferentes séries, cursos e categorias de estabelecimentos de ensino, atendendo inclusive para a situação funcional no magistério. (M.L.L.) 69.

373.5:31

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Ensino médio por Município: Brasil 1968*. Rio de Janeiro, 1969. 75p. mimeogr.

Sinopse estatística do movimento escolar no ensino médio no país, no início de 1968, com fonte em dados da Fundação IBGE. Discrimina, por Município, o total de professores, matrículas e de estabelecimentos de ensino que, comparativamente aos anos de 1964 e 1966, registra um incremento de 45,9% e de modo mais acentuado no interior. (M.L.L.) 70.

373.5:31(816.1)

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento, Departamento de Estatística. *Ensino médio, 1967*. S. Paulo, 1968. 122p.

Sinopse estatística do ensino médio em São Paulo, em 1967, discriminando por região, município, ramo de ensino, ciclo didático e entidade mantenedora, o total de estabelecimentos, cursos e matrículas comparativamente às do final de 1966, constituição do corpo docente e as aprovações naquele ano. (M.L.L.) 71.

373.5:31(817.4)

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura, Coordenação do Ensino Médio — *Números que atestam o ensino médio da rede oficial*. Brasília, 1968. s.n.p.

No sentido de assegurar a difusão dos números que atestam a realidade do ensino médio da rede oficial (1968) foram eles trabalhados nos seus mais diferentes aspectos: estabelecimentos-cursos; salas-turmas; população estudantil; relação aluno/professor, corpo docente, a fim de obter o melhor nível de atualização possível dentro dos dados fornecidos pelos estabelecimentos. (B.K.) 72.

373.5:37.014.542(813.4)

PERNAMBUCO. Comissão Estadual de Planejamento do Ensino médio — *Planejamento do ensino médio. 1968-1977: fasc. II 2: Alunos: análise das matrículas e programas de metas*. Recife, 1968. 92p. mimeogr.

No primeiro capítulo apresenta a situação e análise das matrículas do ensino público federal, estadual, municipal e particular. No segundo, expõe a metodologia coerente e racional para se chegar a uma programação educacional viável, seguindo-se de uma exposição dessa metodologia de medir as necessidades de escolarização, chamada "escolêmetro".

Os resultados finais a que essa metodologia permitiu chegar são apresentados no capítulo final. (B.K.) 73.

373.5:371.214

SIQUEIRA, Cleântho Rodrigues de — *Novos tipos de escolas médias*. In: *Anais da 1ª Conferência de Educadores do Distrito Federal*. Brasília, 1966. Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, 1967, p.76-86.

Considerando a necessidade de flexibilidade dos currículos na escola média, aponta as experiências realizadas nos Estados Unidos com as "escolas graduadas", onde o aluno não pertence a determinada série, mas inscreve-se em diversas disciplinas conforme seu nível de conhecimentos; com as "escolas vocacionais regionais" possuindo somente oficinas e fornecendo ensinamentos técnicos. Na Inglaterra o regime é da "escola compreensiva", dividida em 3 unidades menores, com certa rigidez curricular mas com opções a partir do 4.º ano. O "ginásio orientado para o trabalho" é a tentativa de solução brasileira, possibilitando ao aluno de 1.ª ou 2.ª série a frequência nas diversas oficinas industriais e fixam-se em uma delas a partir da 3.ª série. (M.L.L.) 74.

## 373.5(814.2)

**BAHIA.** Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Estudos e Planejamento e Departamento de Educação Média. *Centro Integrado de Educação; uma solução do sistema baiano*. Salvador, Impr. Oficial, 1968. 27p. (Educação é Desenvolvimento, 5).

Caracteriza os Centros Integrados de Educação com sua variedade de cursos e flexibilidade de currículos, com finalidades exploratórias das aptidões, propiciando a formação do adolescente pela cultura geral e a formação profissional, integrando-o na sociedade.

Nestas condições apresenta sugestão de uma experiência para sua implantação na Bahia numa tentativa de superar o problema da educação média, assinalando as perspectivas de organização e administração escolar, estrutura didática e física e outras providências. (M.L.L.) 75.

## 373.51.212.1

**DISTRITO FEDERAL.** Secretaria de Educação e Cultura, Coordenação do Ensino Médio. *População estudantil 60-68*; Brasília, s.d. 37p. mimeogr.

Levantamento de quadros demonstrativos sobre o número de matrículas efetuadas no ensino médio a partir de 60, especificando cursos e turnos. Concluindo ser o crescimento de população estudantil no ensino médio do D.F. uma realidade que precisa ser apreciada, sugere um planejamento da expansão da rede escolar com a maior urgência. (B.K.) 76.

## 373.52

**MACIEL, Carlos Frederico** — Notas para uma propositura sobre o ginásio menor. *R. Educ. Cult.* 8 (8) 35-63, dez. 1968.

Análise sobre o ginásio menor, cujo funcionamento foi legalizado pelo art. 58 § 1.º da Lei 5.695, que instituiu o Sistema Estadual de Educação, e complementado pela Lei 6.014 do Planejamento da Educação que dá prioridade à difusão desses ginásios com apenas duas primeiras séries, instalados anexos a grupos escolares onde haja curso fundamental completo, cujo objetivo é estender o ensino médio a um maior número de comunidades.

Apresenta tabelas de matrículas iniciais, finais, evasão e aprovação nos ginásios menores de Pernambuco em 1966 e 1967.

Em anexo apresenta quadro comparativo entre o ginásio menor e o primário complementar quanto aos seguintes aspectos: psicossocial, legal, articulação, currículo e programas, professores, planejamento. (M.B.N.) 77.

## 373.58

**CUNHA, Nádya** — Institutos Centrais e Colégio Universitário. In: Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Planejamento. Serviço de Divulgação. *Institutos Centrais e Departamentos*, s.l., 1967, p. 23-31. (4).

Veja BBE v. 17 n. 2 item 49.

374.7:061.3(047)(813.4)

FURTER, Pierre — Relatório do Seminário de Educação de Adultos organizado pela Sudene, de 9 a 13 de janeiro de 1967, no Recife. In: Ministério do Interior. SUDENE. Departamento de Recursos Humanos. Divisão de Educação. *Diretrizes para os programas de educação de adultos*; documento final do 1.º Seminário de Educação e Desenvolvimento — Educação de Adultos, jan. 1967. Recife, 1967. p.32-40 (série Brasil. Sudene Educ. 2).

Analisa as razões que levaram a SUDENE à organização do Seminário de Educação e Desenvolvimento — Educação de Adultos, seus métodos de trabalho e participação, as tendências manifestadas durante os debates quanto aos objetivos fundamentais da educação de adultos numa situação de rápido desenvolvimento — formação profissional, readaptação metodológica e constante atualização favorecendo a participação popular na vida política, treinamento de pessoal docente em estágio a cargo de organismos de coordenação. Refere-se à ajuda que as Faculdades de Educação poderiam dar neste setor. Oferece sugestões a propósito das relações entre a UNESCO e a SUDENE, sobre os projetos pilotos aceitos pela Campanha Mundial de Alfabetização, na coordenação conjunta de programas de educação de adultos e desenvolvimento econômico. (M.L.L.) 79.

374.71.214

MINISTÉRIO do Interior. SUDENE. Departamento de Recursos Humanos. Divisão de Educação. — *Diretrizes para os programas de educação de adultos*; documento final do primeiro Seminário de Educação e Desenvolvimento — Educação de Adultos, 1967. Recife, 1967. 40p. (Série Brasil, SUDENE, Educação 2).

Procura tipificar uma educação para o desenvolvimento e as diretrizes básicas técnico-pedagógicas, considerando que o problema de educação de adultos não é um mero alfabetizar por alfabetizar; deve preparar o indivíduo a participar responsável e produtivamente de um processo de mudança cultural, ou seja, de desenvolvimento sócio-econômico.

Cabe à SUDENE a coordenação, avaliação e execução dos programas de educação de adultos cujas diretrizes devem obedecer a critérios de prioridade de atuação em determinadas áreas.

Por outro lado, técnica e pedagogicamente os programas podem ser desenvolvidos em seminários, cursos, estágios ou treinamentos com recursos didáticos, audiovisuais adequados à capacitação profissional e conscientização do adulto.

Salienta que no ensino sistemático do adulto deve haver globalização das matérias, sendo a alfabetização apenas uma etapa-instrumento, em que recomenda também seja utilizado o método global, a partir de cartilhas com mensagens capazes de despertar o interesse do adulto.

A equipe de profissionais integrados neste programa tem funções específicas de planejamento, execução e avaliação e nas suas atividades deve utilizar os recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis na comunidade, evitando-se a duplicidade ou serviços paralelos.

Em anexo, relatório do Prof. Furter, representante da Unesco. (M.L.L.) 80.

376.

BERNARDES, Hugo Gueiros — Assistência sistemática aos que ultrapassaram a idade de frequência à escola. In: *Anais da 2ª Conferência de Educadores do Distrito Federal*, Brasília, 1967. Brasília, Conselho de Educação do Distrito Federal, 1969. p.131-151.

O aluno tardio é o que ingressa no curso fora dos limites etários estabelecidos legalmente para cada nível de ensino, e cuja recuperação pode ser feita mediante o ensino supletivo ministrado em curso ou forma de estudo inteiramente especial.

Tal problemática relaciona-se com o desenvolvimento econômico e alguns aspectos do mercado de trabalho, donde a necessidade da criação de cursos especiais, de duração menor — curso de madureza com finalidade de atender a grande demanda da escola média por parte de alunos tardios, e levantamento das possibilidades de formação, visando ao preparo para o trabalho. O planejamento para assistência sistemática de tais alunos deve evitar a heterogeneidade das turmas e organizá-las conforme as tendências vocacionais, promover a concessão de bolsas-de-estudo e encarar o problema da formação em termos pré-profissionais, de preparo para enfrentar a vida seja nesta ou naquela profissão. (M.L.L.) 81.

376.352.

FRAZÃO, Marialva Feijó — Princípios básicos na educação de deficientes visuais.

*Lente*, 12 (37) 21-23, abr./jun. 1968.

Princípios básicos para os quais devem professores e orientadores atentar, quando regem a educação de deficientes visuais: 1) princípio da individualização; 2) princípio da concretização; 3) princípio da globalização; 4) princípio do estímulo adicional, e 5) princípio da auto-atividade. (B.K.) 82.

VENTURINI, Jurema Lucy — A criança deficiente visual: conceituação. *Lente*, 12 (37): 16-20, abr./jun. 1968.

Dá o conceito de criança excepcional e o divide em: crianças com problemas intelectuais; com problemas físicos; com problemas de comportamento e com múltiplas deficiências.

No caso de criança deficiente visual aponta, inicialmente, as medidas higiênicas e profiláticas para com a vista, a fim de evitar as deficiências; dá a seguir a definição oftalmológica de cegueira e finalmente classifica em termos educacionais as crianças com visão reduzida. (B.K.) 83.

376.76:061.3

UNESCO — Erradicação do analfabetismo; *relatório final do Congresso Mundial de Ministros de Educação*, Teerã, setembro, 1965. Trad. de Maria Aparecida Ribeiro Medrado Fernandes. Belo Horizonte, Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro. 1967. 96p.

Veja BBE v. 14 n. 2 item 11.

84.

377:65

BOLOGNA, Italo — *A formação profissional na Indústria: o SENAI*. s.l. MEC, Divisão de Ensino Industrial, 1969. 112p.

Após uma breve apresentação do SENAI nas suas origens, objetivos, estruturação, recursos financeiros, mostra seu programa de ação para atender à formação e ao desenvolvimento profissional de mão-de-obra, atendendo às características regionais e aos reclamos da produtividade industrial.

Assinala os cursos de aprendizagem e treinamento ministrados nas Escolas do SENAI ou em combinação com as empresas, dentro ou fora dos horários de serviço, a sua metodologia, regime escolar e de aprendizagem no emprego e seu respectivo controle.

Anota que atualmente é de 226 o número de ofícios e ocupações cuja aprendizagem pode ser feita no próprio emprego; mediante quadros estatísticos retrata a matrícula geral nas diversas regiões de 1944 a 1966, o total de unidades de ensino e treinamento, de certificados conferidos, o intercâmbio e cooperação com entidades internacionais, a assistência técnica prestada pela França, Espanha e Suíça. (M.L.L.)

85.

377.4

SERVIÇO Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional, Rio de Janeiro — *Relatório 1968* [Rio de Janeiro, 1967] 91p. multilit. ilustr.

O sistema SENAI-Empresas abrangeu 97 unidades de desenvolvimento de pessoal, mantidas por 34 empresas, correspondendo a 53 Centros de Formação Profissional, 40 Centros Especiais de Treinamento e 5 escolas técnicas. Os programas realizados por essas unidades totalizaram, aproximadamente, 57.000 participantes e 3.200.000 horas de treinamento efetivo.

Apresenta o sistema SENAI em 1968 e o plano de ação para 1969; as atividades dos órgãos regionais e as atividades do Departamento Nacional. (B.K.)

86.

378

MOGGI, Antônio Seabra — O ensino técnico-científico superior está no caminho certo? CAPES B. (197) 6-10, abr. 1969.

Com o avanço tecnológico, o tempo disponível para o ensino nos cursos de formação passou a ser exíguo. Duas opções se apresentam: ampliar o número de séries para abrigarem os novos conhecimentos, ou, o que parece mais lógico, ensinar ao estudante no prazo normal de formação, como melhor empregar os conhecimentos mais relevantes para, integrando-os, solucionar problemas que exigem múltiplos enfoques.

No "ensino de integração", a partir de certo ano escolar, o aluno realizaria um projeto aplicando todas as disciplinas apreendidas, adquirindo no final um "sentimento de realização", que lhe será útil para solucionar questões na vida prática.

Outro ângulo importante é o problema da expansão do número de vagas nos cursos técnico-científicos sem que, paralelamente, se rebaixe o padrão do ensino ministrado. (B.K.) 87.

378

SILVA, Georges Pellerin da — *Reflexões sobre a universidade*. Recife, SUDENE, Divisão de Doc. 1966. 24p. mimeogr.

Inicia com uma análise da universidade e sua instituição na Idade Média, passando depois à universidade e o mundo moderno, abordando como primeiro grande tema: *cultura geral versus especialização*, afirmando que a cultura geral não conseguindo ser formuladora, limitou-se à informação, fugindo à interpretação do existencial; por sua vez a especialização desmedida reduziu em muitos casos o homem a uma função mecânica e automática, como peça inconsciente de uma enorme e desumana engrenagem. A segunda querela é entre o *humanismo e o espírito científico*, afirmando que não existe choque entre eles, o problema está dentro do próprio humanismo.

O terceiro conflito é o da convivência entre *nacionalismo e internacionalismo na universidade*, acreditando que, à medida em que a Universidade nos países subdesenvolvidos se integra no nacionalismo autêntico, estará se capacitando para assumir uma real e autêntica posição internacionalista. A última grande oposição é a da *massa e elite*. Depois de conceituar ambos, apresenta dois aspectos fundamentais: 1) que desde a educação primária há uma série de mecanismos dentro e fora do sistema educacional — que funcionavam como filtros de impermeabilização em detrimento à massa; 2) que a Universidade não fique "encastelada" numa cultura de elite, mas desça até a massa. (B.K.) 88.

378:061.3

SEMINÁRIO sobre assuntos universitários, 3.º *Documenta*, (91):7-120, set. 1968. 179p.

Temário: a) expansão do ensino superior; b) a Faculdade de Educação (teoria e implantação da Universidade).

Apresenta o regimento, os nomes dos participantes, a ata da primeira sessão plenária, o discurso do presidente Deolindo Couto, o discurso do Reitor Zeferino Vaz e resumo do discurso pronunciado pelo Reitor Raimundo Muniz de Aragão. Inclui os trabalhos sobre: "A expansão do Ensino Superior no Brasil" — relator Durmeval Trigueiro Mendes (Veja BBE v. 16 n. 2). "Conteúdo da Faculdade de Educação e Organização Departamental", Cons.º Newton Sucupira; "Faculdade de Educação e a Renovação do Ensino Superior", do Cons.º Valmir Chagas (BBE v. 16 n. 1); "A Faculdade de Educação — sua implantação na Universidade", José Faria Góis Sobrinho, e "Faculdades de Educação", Cons.º Celso Kelly.

Em anexo: "Expansão do ensino superior no País", Cons.º Durmeval Trigueiro Mendes (Veja BBE v. 17 n. 1) e "A escola para imprimir sua missão deve visar à valorização do educando e ao desenvolvimento da comunidade" (Otto Vogel, da UF Santa Maria). Inclui ainda atos oficiais; portarias do Ministro da Educação e do Conselho Federal de Educação. (B.K.) 89.

378:159.9

ANGELINI, Arrigo L. & Madre Maria Cristina — Contribuição para formação básica do psicólogo. *B. Psic.* 16/17(47/50):41-46, jan./dez. 1964/1965.

Refere-se às exigências de conhecimentos prévios e características de personalidade para ingresso no curso básico de psicologia, ao exame de seleção incluindo provas psicotécnicas, ao domínio das técnicas para preparar o aluno teórica e praticamente para influir na evolução e bem-estar humanos.

Considera e justifica a inclusão da sociologia, psicologia diferencial da aprendizagem, do excepcional e técnicas do exame psicológico no currículo sem restringir o regime de trabalho a cursos teóricos. A partir do 4.º ano poderão ser programadas matérias com vistas à especialização, favorecendo uma opção profissional mais consciente.

Por outro lado reclama a competência e especialização do magistério e sugere um maior intercâmbio internacional para garantia de uma formação qualificada do psicólogo no Brasil. (M.L.L.) 90.

BENKO, Antonius — Formação profissional do psicólogo. *B. Psic.* 61/17(47/50):75-89, jan./dez. 1964/1965.

Procura definir teoricamente a expressão "formação profissional" e discute sobre tal terminologia como básica à estruturação dos cursos de psicologia.

Analisando alguns aspectos da preparação profissional do psicólogo na Europa e nos Estados Unidos, reflete sobre a conveniência e oportunidade adequada para a formação básica e especializada com fins profissionais, a organização do currículo básico e diferencial nos diversos ramos daquela carreira, o problema do estágio supervisionado que, ao lado do ensino da ética profissional, deve levar o aluno a aceitar suas limitações e a trabalhar somente nos campos onde ele de fato recebeu formação adequada. (M.L.L.) 91.

378:31

CEARÁ. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Estudos e Pesquisas. *Sinopse estatística do ensino superior - 1968*. Fortaleza, 1969. 44p. mimeogr.

Enfoca o ensino superior que compreendia, em 1966, 23 estabelecimentos, 24 em 1967 e 25 em 1968, com um total de 46 cursos. A matrícula elevou-se de 5.156 em 1966 para 6.134 em 1967 e 7.106 no ano de 1968 crescendo em 8,7% nos três últimos anos.

Com uma população de 4 milhões de habitantes, o Ceará espera através do Programa Estratégico do Desenvolvimento — Área da Educação-Governo Federal e Plano de Ação Integrada — P.L.A.I.C. — do governo do Estado, atender às metas programadas. (B.K.) 92.

378:31(81)

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *Sinopse estatística do ensino superior. Brasil, 1968*. Rio de Janeiro, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1969. 176p.

Análise geral das tabelas estatísticas sôbre o ensino superior no Brasil, nos seus cursos de graduação e pós-graduação, revela o crescimento significativo de matrícula (95,5%) no quinquênio 1964/68. O maior contingente de alunos se concentra nas Faculdades de Filosofia (27,6%) e Direito (19%), no Estado de S. Paulo, seguido pela Guanabara, Minas e Rio Grande do Sul. Funcionam 1712 cursos, dos quais 882 são ministrados em Universidades e 830 em Estabelecimentos Isolados. (M.L.L.) 93.

378:338.92

CÂMARA, Helder — *A universidade e a integração nacional*. Campina Grande, Fundação Universidade Regional do Nordeste, s.d. s.n.p.

Discurso de paraninfo na colação de grau das Faculdades de Filosofia e Serviço Social da Fundação Universidade Regional do Nordeste, em 1966, em que considera a união das faculdades como ponto de partida para a integração nacional, incluindo mesmo as áreas subdesenvolvidas no Nordeste, Centro-Oeste e da Amazônia. Maiores investimentos nestas regiões atenuam as distâncias relativamente aos mais desenvolvidos, graças aos esforços da Sudene, Sudam, Fundação do Brasil Central e Fronteira Sudoeste. Neste sentido poderá também agir a Universidade, com programas e currículos mais calcados na realidade e seus estudantes, sempre em dia e interessados pela problemática nacional e internacional e angustiados por resolvê-la. Prestalhes, por isto, um crédito de confiança. (M.L.L.) 94.

378:34

SODRÉ, Roberto Costa de Abreu — *Ensino superior - ordem social e ordem jurídica*. *Ci. econ. e soc.* 3(1):17-24, jul. 1968.

Aula inaugural proferida na Faculdade de Direito de Uberlândia, MG, onde preconiza a reformulação do ensino do Direito por meio de revisão de conceitos face às mudanças sociais e sua harmonização com os demais campos do conhecimento.

Ao analisar o problema da reforma universitária, observa que a Faculdade de Direito não pode manter-se alheia, pois é nela que melhor se desenvolverão os estudos e se coordenarão os trabalhos dos seus professores e de todos os outros ramos de ensino.

Concluiu afirmando que cabe aos juristas "a promoção de leis e regras de convivência progressistas, orientadas no sentido das necessidades humanas, revolucionárias dentro da ordem soberana do Direito". (F.S.) 95.

VENÂNCIO FILHO, Alberto — *O ensino jurídico nos pareceres de Ruy Barbosa*. *Est. Univ.* 9(1):5-8, jan./mar. 1969.

Tece considerações sôbre o ensino jurídico no Império e cita, como marco importante na literatura pedagógica brasileira, os pareceres de Ruy

Barbosa que se originaram da reforma empreendida no gabinete liberal de Sininbu pelo Ministro do Império, que fez baixar o Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, que reforma o ensino primário e secundário no município da Côte e o superior em todo o Império.

Sem analisar pormenorizadamente os pareceres de Ruy Barbosa, destaca apenas o que se relaciona com o ensino de direito.

Os pareceres de Ruy exprimem uma orientação nova para o ensino baseado na ciência e no método experimental e contra o ensino livresco e literário. (M.B.N.) 96.

378.34

VILELA, João Batista — *Uma formação jurídica para os novos tempos*. Belo Horizonte, s.ed. s.d. (Separata da Revista da Universidade Federal de Minas Gerais (17):97-110, dez. 1967).

A formação jurídica tradicional não corresponde às exigências dos novos tempos. Sem excluir outras medidas, recomendam-se as seguintes para corrigir o presente estado de coisas: mais criatividade e menos exegese na atitude fundamental perante o saber jurídico; currículo integrado, em vez de estanque; meios complementares de formação abertos e não limitados; material de trabalho amplo, em vez de restrito a categorias não contemporâneas e convencionais; pedagogia centrada no aluno, e não no professor; profissionalização politípica, por oposição à corrente, de caráter monotípico. (Resumo do autor). 97.

378:61:159.9

UCHOA, Darci M. — O ensino da Psicologia no currículo médico. *J. bras. Psic.* 15(4):333-349, out./dez. 1966.

Estuda os principais motivos que vêm impedindo a entrada da psicologia no currículo das escolas médicas. Refere-se aos amplos desenvolvimentos das ciências do comportamento nas universidades estrangeiras, particularmente nos Estados Unidos. Insiste em que o ensino da psicologia deva ser iniciado no primeiro ano curricular das faculdades médicas, com aumento gradativo da carga horária proporcionalmente à expansão do ensino nos anos subsequentes (psicologia médica, medicina psicossomática, psiquiatria clínica e dinâmica). Deverá a Psicologia também integrar os demais setores curriculares, possibilitando ao estudante adquirir formação totalitária da Medicina, isto é, dos aspectos biológicos-somáticos e psicológicos que definem a moderna medicina. (Resumo do autor). 98.

378:93:378.014.3

RODRIGUES, José Honório — O ensino superior da História e a reforma universitária. *R. Civ. bras.* 4(21-22):5-25, set./dez. 1968.

Mostra os principais problemas que se verificam no Brasil no ensino da História em nível superior (sistema de concursos obsoletos, currículos mal dosados, necessidade de introdução ou de maior ênfase às disciplinas: Metodologia histórica, teoria da História, deficiência decorrente dos baixos sa-

lários dos professores e da ausência de fundos documentários e de centros de pesquisa). A Reforma Universitária além de procurar melhor integração numa civilização industrial ou visar à formação de maior número de cientistas e engenheiros deve igualmente preparar lideranças políticas e assim a reforma do ensino da história representa iniciativa fundamental pois não há elites políticas sem consciência histórica. (R.H.T.) 99.

378(094.5)

CARVALHO, Guido Ivan de, comp. — *Ensino Superior*; coletânea de legislação básica. [Rio de Janeiro] M.E.C., I.N.E.P., 1969. 376p.

Acervo de leis, decretos, pareceres e documentos básicos ligados ao ensino superior no Brasil, tendo como ponto de partida a Lei de Diretrizes e Bases e reforma universitária. Inclui os planos de reestruturação de diversas universidades, assinala as profissões regulamentadas no Brasil, os acórdos culturais e de assistência técnica em vigor, convenções multilaterais e relação de organismos e entidades internacionais com os respectivos endereços e tipo de assistência técnica e financeira. (M.L.L.) 100.

378.014.3

CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet — *A Reforma de Universidade aberta e versátil*. [Rio de Janeiro] I.P.E.A., Setor de Educação e Mão-de-obra, 10p. mimeogr.

Admitida a necessidade de *reforma universitária* que seja capaz de permitir o atendimento de maior volume de demanda por educação de nível superior, sem prejuízo da eficiência do ensino, é imperioso considerar-se: 1) a diversidade das condições encontradas nas diferentes regiões do país; 2) a complexidade do sistema educacional brasileiro de nível superior; 3) as constantes variações das necessidades de mão-de-obra, condicionadas pelo permanente avanço científico-técnico nas áreas do conhecimento humano. Inclui as bases legais para a reforma; a estrutura didático-científica; a dinâmica curricular. (B.K.) 101.

SARASATE, Paulo — *Renovação universitária e renovação política*. Discurso proferido no auditório Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia 31-10-1967, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Impr. Univ. Ceará, 1967. 16p.

Mostra como os aspectos políticos e pedagógicos da reforma universitária se complementam mutuamente. Com o progresso do país haverá recursos suficientes à disposição dos estabelecimentos de ensino superior para que possam dinamizar suas atividades de ensino, pesquisa e especialização tecnológica. Mas a missão da universidade é também política, no sentido de aprimoramento intelectual e das tendências artísticas, literárias, bem como políticas, cultivadas numa adequada preparação das futuras elites dirigentes.

Reclama por isto o alheamento dos intelectuais em relação às preocupações naquela área, sem contudo admitir a transformação das universidades em sucursais de organizações político-partidárias. (M.L.L.) 102.

378.014.3

SUCUPIRA, Newton — A reestruturação das universidades federais. *R. Educ. Cult.* 8 (8):17-33; dez. 1968.

Veja BBE v. 16 n. 2 item 58.

103.

WEREBE, Maria José Garcia — Alcance e limitações das experiências de renovação pedagógica. *Educ. Hoje* (2):36-53, mar./abr. 1969.

No projeto de reforma, a universidade brasileira aparece transformada numa empresa de "fabricação de mão-de-obra especializada" para atender a interesses empresariais imediatistas. Necessitamos, porém, de profissionais de espírito aberto e crítico e não de técnicos estreitamente especializados.

No que diz respeito às características e tendências da renovação pedagógica, afirma que nunca se fez ampla aplicação dos conhecimentos psicológicos na prática pedagógica, nem mesmo em muitas experiências renovadoras. As práticas educacionais progrediram pouco e lentamente e ainda hoje, na maioria das escolas, o tradicionalismo já condenado é observado.

Alerta para o que chama de "falsos amigos" da escola nova, pois, conservando intato o espírito da educação antiga, aplicam algumas práticas da escola moderna, sem entretanto se renovarem completamente.

No que diz respeito à renovação pedagógica no Brasil, isto só será possível quando forem encarados, prioritariamente, as deficiências quantitativas.

Os dados da realidade escolar brasileira, inserida na realidade social, política e econômica do país, evidenciam a necessidade de uma revisão da filosofia e da política de renovação pedagógica de nosso ensino, devendo-se no momento atual pretender ambições pedagógicas menores, adiando-se para o futuro o aprimoramento de técnicas destinadas ao ensino de minorias privilegiadas. (B.K.)

104.

378.014.3:07

MELO, José Marques de — A reforma do ensino de Jornalismo. *Veritas*, 13 (52):333-345, dez. 1968.

Analisa o ensino de Jornalismo desde 1947 e critica a forma teórica e humanística que é dada à preparação dos profissionais. Atribui este fato à vinculação dos cursos de Jornalismo às Faculdades de Filosofia e Letras.

Mostra a necessidade de uma reestruturação neste ensino, de modo a torná-lo mais dinâmico e prático, a fim de acompanhar as novas tendências da imprensa brasileira, que marcha para a fase de jornalismo interpretativo e especializado.

Dá sugestão de nova orientação pedagógica para formação de qualquer comunicador, especialmente do jornalista, que exige 4 áreas básicas: a) *Humanística*, com a finalidade de atualizar o comunicador com a problemática do nosso tempo. Trata-se de Ciências Sociais (Sociologia, política, economia etc.); b) *Fenomenológica*, conhecimentos científicos referentes aos fenômenos gerados pelos meios de comunicação. Inclui ética de comunicação, sociologia e psicologia da comunicação, direito da informação; c) *Instrumental*.

tal, treinamento especializado na técnica de codificação de mensagens em função do canal ou veículo; d) *Experimental*, atividade de laboratório, execução de tarefas profissionais.

Finalmente, fornece sugestão de currículo para cada área citada. (M.B.N.) 105.

378.014.3(094.5)(815.2)

DECRETO n.º 63.577, de 8 de novembro de 1968. Fixa nova estrutura da universidade Federal do Espírito Santo. D. Of. 13/11/68.

A Universidade Federal do Espírito Santo constituir-se-á de 8 unidades denominadas Centros, a saber: Centro de Estudos Gerais, de Artes, Centro Tecnológico, Agropecuário e Biomédico, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e Centro Pedagógico, que se subdividirão em departamentos e concentrarão suas atividades de ensino e pesquisa nos correspondentes setores de ensino. (M.L.C.) 106.

378.014.3(8=6)

Lugo, Janet — Los estudios generales y la reforma universitaria en América Latina. In: Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Planejamento. Serviço de Divulgação. — *Institutos Centrais e Departamentos*. s.l., 1967. p.1-10. (4).

Focaliza a tendência dominante no ensino universitário latino-americano de implantar os ciclos básicos, comuns a diferentes cursos superiores, para fazer face a problemas de desarticulação entre os estudos secundários e superiores que atingem os diversos países.

A reforma estrutural assim exigida varia de país para país, adotando alguns a Faculdade de Estudos Gerais para estudos de ciências e humanidades e outros, o conjunto de Institutos Centrais, cada um dos quais se dedica a uma disciplina básica e à pesquisa em nível profissional, acadêmico ou de pós-graduação com dedicação exclusiva de seus professores.

Mostra em linhas gerais a extensão da reforma no México, Costa Rica, Chile, Colômbia, Venezuela e Brasil, onde se destacam os cursos-troncos abrindo ao estudante maior número de caminhos a seguir para sua formação especializada. (M.L.L.) 107.

378.014.3(816.5)

FARACO, Eduardo Z. — *Relatório*. Pôrto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1969. 158p.

Fixa os principais aspectos característicos da UFRGS e os instrumentos de que poderia dispor para que a ação da Universidade viesse a ter eficiência e a magnitude que todos têm o direito de esperar dela.

Mesmo vivendo um compasso de espera para a implantação da Reforma Universitária, foram tomadas providências nos setores de ensino e administração, com o propósito de antecipar medidas ou testar soluções que se adaptassem ou inserissem na nova estrutura a estabelecer. (B.K.) 108.

378.035.46

COHN-BENDIT, D. et alii — *A revolta estudantil* [Rio de Janeiro] Ed. Laudes, 1968. 157p.

Explica o que se vem passando no meio universitário francês e o que inspira as crises universitárias em todo o mundo.

Os líderes da revolta estudantil francesa expõem suas idéias e fazem propostas de uma nova sociedade.

A primeira parte apresenta o diálogo entre Daniel Cohn-Bendit e Jean Paul Sartre, a segunda o diálogo entre Hervé Bourges e Daniel Cohn-Bendit e Jean Pierre Duteil; Jacques Sauvageot e Alain Geismar.

Na terceira parte mesa-redonda orientada por Jean Carlier; a União Nacional dos Estudantes Franceses propõe o Sindicato Nacional de Professores do Ensino Superior explica, e finalmente o movimento de 22 de março se define. Inclui cronologia dos acontecimentos. (B.K.) 109.

FORACCHI, Marialice M. — Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. *R. Civ. bras.* 4(21/22):65-78. set./dez. 1968.

O movimento estudantil pode ser explicado através da origem sócio-econômica do estudante universitário que normalmente provém da chamada classe média. Essas camadas se orientam para um tipo de transformação social denominada por Lerner de "revolução das frustrações crescentes".

Sendo numericamente maciça e socialmente frustrada na sua aspiração de ascender socialmente pelas vias institucionais (profissionalização de nível superior), esta camada defronta-se com a resistência das camadas superiores radicalizando o seu comportamento político; suas principais aspirações sociais seriam: modernização do sistema de produção intelectual; ampliar e diversificar a estrutura ocupacional; alterar as condições de participação social da pequena burguesia.

O movimento estudantil representa, na sociedade brasileira, a radicalização do conflito que se instala entre os setores resistentes à modernização das classes dominantes. (F.S.) 110.

378.035.46(73)

MARCUSE, Herbert — finalidades, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos. *R. Civ. bras.* 4 (21/22):79-90, set./dez. 1968.

A oposição estudantil nos Estados Unidos é parte de uma oposição maior à "Nova esquerda" composta de intelectuais, de grupos do movimento pelos direitos civis e pela juventude radical. Essa constelação de oposição é reflexo fiel ao "rendimento autoritário-democrático da sociedade unidimensional". Concentra-se ela nos "marginalizados", isto é, os *subprivilegiados* (minorias sociais e nacionais) e os *privilegiados* constituídos pela "nova classe operária" (técnicos, engenheiros especialistas cientistas etc.), mola principal do processo de produção e pela juventude estudantil.

Analisa as formas de oposição estudantil: no âmbito universitário onde advoga a reforma dos currículos, possibilitando assim a crítica e a discussão científica no quadro dos programas de ensino; nas *chamadas universidades livres*, fora da Universidade como, por exemplo, em Berkeley e Stanford onde

são dados cursos e seminários sôbre matérias de estudo que não são tratadas ou são inadequadamente nos currículos regulares; *fora da Universidade*, atuam os conhecidos *teach ins, sit ins, fe ins e love ins*, grupos e manifestações que expressam rebelião política e rebelia "sexual-moral"; a *oposição como resistência à violência* institucionalizada caracterizada pela *civiel disobedience* e a recusa em prestar o serviço militar e a organização dessa recusa: o *projeto de elaborar uma teoria crítica de transformação social* tal como o vem fazendo a associação *Students for a Democate Society*.

Examinando os diferentes aspectos das manifestações da oposição estudantil mostra as suas perspectivas como fôrças de oposição que atuam hoje para a preparação de uma possível crise do sistema social. (R.H.T.) 111.

378.046.4:62(043)

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Coordenação dos Programas Pós-Graduados de Engenharia. *Sumários das teses de mestrado 1964-1968*. Rio de Janeiro, 1969. 95p.

Objetiva o amplo conhecimento, no meio técnico-científico, dos resultados destes cinco anos de ensino e pesquisa no campo da engenharia, em nível de pós-graduação. (B.K.) 112.

378.096.37(063)

Góis SOBRINHO, José Faria — A Faculdade de Educação — sua implantação na Universidade. *Documenta*, (91): 102-110, sel. 1968.

Esbôço da estrutura básica da Faculdade de Educação. Três áreas fundamentais se diferenciam no plano pedagógico: ensino de graduação, pós-graduação e área de capacitação supletiva do magistério em exercício, através de cursos de informação e atualização pedagógica, tendo cada uma destas áreas uma Diretoria Adjunta, além da Diretoria Central.

A estrutura da Faculdade de Educação será baseada nos Departamentos de Ensino e Pesquisa definidas como "menor fração da estrutura da Universidade para os efeitos de organização administrativa, didática, científica e distribuição pessoal".

Propõe sete Departamentos: de Fundamentos Sociais e Filosóficos da Educação; de Biologia Educacional, Higiene Escolar e Educação de Saúde; de Psicologia e Orientação Educativa; de Didática; de Administração Escolar; de Estatística Educacional, Avaliação e Metodologia da Pesquisa e de Educação Especial.

Seriam acionados importantes setores em caráter de colaboração: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Colégio Pedro II.

Relacionando-se com os Departamentos, criar-se-iam os laboratórios de Auxologia e Biometria do educando; de Psicopedagogia e Didática Experimental; de Testes e Medidas e de Currículos.

Sugere medidas complementares para a Congregação de Professôres, regulamentada no estatuto universitário.

As Câmaras de Pós-Graduação e de Pesquisa; de Graduação e Corpo Discente e a de Educação Permanente serão indispensáveis como órgãos especializados de orientação e planejamento de investigações e estudos avançados. (B.K.) 113.

378.096:37(063)

KELLY, Celso — Faculdades de Educação. *Documenta*, (91):111-112, set. 1968.

Acrescenta algumas considerações em torno de aspectos não considerados no trabalho básico do Cons<sup>o</sup>. Newton Sucupira (no qual aborda os principais problemas que a organização de faculdades de educação suscita): 1) recomenda estreita vinculação entre os sistemas estaduais e as universidades federais ou particulares; 2) as faculdades de Educação não devem fixar-se exclusivamente na preparação de magistério de grau médio, mas admitir, mediante convênio com os Estados, a ministração de ensino normal para o grau primário; 3) coloca o problema da preparação de professores para as disciplinas específicas fora do âmbito das faculdades de Filosofia, reclamando porém soluções mais generalizadas, que atendam à imensa procura por parte do mercado de trabalho; 4) os meios de comunicação com as massas devem constituir alvo a ser utilizado; 5) contribuição de bibliotecas e museus com cursos e promoção de natureza educativa. (B.K.) 114.

SUCUPIRA, Newton — Conteúdo da Faculdade de Educação e organização departamental. *Documenta*, (91):83-86, set. 1968.

Enumera as matérias que acredita deveriam integrar a Faculdade de Educação (entre elas: História, Psicologia e Filosofia da Educação) atendendo ao princípio de não duplicação, e tendo vinculações estreitas com a educação. Seu objeto são os próprios fatos pedagógicos e não a matéria aplicada à Educação.

Sugere que os Departamentos sejam agrupamentos de matérias afins, com as seguintes denominações: 1) Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação; 2) Departamento de Psicologia Educacional e Orientação Educativa; 3) Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional; 4) Departamento de Métodos e Técnicas de Educação.

Deverá ser procedida uma reformulação total dos métodos e processos de formação de professores; ser diversificado em suas áreas básicas seja para formação de professores para escola normal, seja para o preparo de especialista em educação. Aconselha a formação de administradores escolares, supervisores e diretores em curso de especialização ao nível de pós-graduação. A Faculdade de Educação deverá articular-se com o sistema escolar local. A programação de treinamento terá auxílio do governo e deverá ser providenciada a criação de centros na área da educação para formação do pessoal docente das Faculdades de Educação. (B.K.) 115.

378.096:37(81)

GALINO, A. et alii — Brésil, établissement et développement de facultés d'éducation. Paris. Unesco. 1968. 42p. multilitt. (Série 938/BMS-RD/EDV).

Mostra como evoluiu a idéia de estabelecimento das faculdades de educação em diversas universidades brasileiras, desde 1934, aos nossos dias, salientando a organização das Faculdades de Brasília e Santa Catarina e o movimento da reforma universitária.

De acôrdo com os planos desta última, sente-se que os professores e estudantes devem trabalhar em regime de dedicação exclusiva, para garantia de um ensino qualificado, voltado para a pesquisa, seja nesta ou naquela matéria. Sugere-se que cada faculdade disponha de uma escola de aplicação de ensino primário, secundário e normal para os trabalhos de prática de ensino.

Criticando a situação dos programas atuais dos cursos de pedagogia, em que há uma distância entre o ensino teórico e os problemas concretos encontrados pelos professores na escola, estabelece uma prioridade de objetivos no planejamento para o desenvolvimento das Faculdades Federais de Educação: 1) formação inicial de professores secundários associados a centros para o ensino das ciências, instaurando-se o sistema de "tutores" — professores que se encarregarão de grupos de 15 alunos; 2) aperfeiçoamento do magistério atualmente em função; 3) ensinamentos destinados aos futuros professores de escolas normais e institutos de pedagogia; 4) cursos de pós-graduação em regiões do país que disponham de pessoal qualificado, em estreita colaboração com outras faculdades que poderão estabelecer uma associação de classe, a exemplo da Associação das Faculdades de Medicina. (M.L.L.) 116.

378.096:62:061.3

A FORMAÇÃO de engenheiros e a necessidade de uma sociedade em movimento. C. IBECC (41/42):21-27, jan./mar. 1969.

Trezentos peritos de sessenta e cinco países participaram de uma conferência internacional (na sede da UNESCO, de 9 a 13 dez. 1968) para estudar o tipo de ensino que deverá ser dispensado para formar engenheiros que serão necessários no ano 2000.

A principal conclusão foi a de que a formação dos engenheiros já não pode pretender ser completa, deve prosseguir durante toda a carreira. A conferência formulou ainda uma série de sugestões tendo em vista atrair um maior número de jovens para as carreiras de engenheiro.

Reproduz, a seguir, trechos do discurso pronunciado por René Maheu durante a abertura. (B.K.) 117.

378.11

ALMEIDA JÚNIOR, A. — Conselhos Departamentais e Departamentos. In: Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Comissão de Planejamento. Serviço de Divulgação. — *Institutos Centrais e Departamentos*, s.l., 1967, p. 11-21(4).

Interpreta o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases que determina a representação do corpo discente não apenas nos Conselhos Universitários, mas também nas Congregações e nos Conselhos Departamentais. A fim de fundamentar o estudo, faz uma análise da organização departamental nos Estados Unidos e na França, terminando por expor a experiência brasileira. (M.L.L.) 118.

378.125.7(8=6)

NUSSENZVEIG, H. M. — Êxodo de cientistas: suas causas e possíveis soluções. Trad. Isaida Tissot. *Paz e Terra*, (8):109-124, set. 1968.

Para compreender os fatores responsáveis pelo êxodo de cientistas latino-americanos, analisa o ambiente de trabalho que lhes é oferecido, a começar pelas universidades. Trata-se, em geral, de um conjunto de escolas sem conexão destinadas a outorgar diplomas profissionais. Onde professores mal remunerados trabalham em regime de tempo parcial, pois possuem outros empregos para obter salários suficientes.

Ora, como só é possível fazer trabalho de pesquisa em regime de dedicação exclusiva, para isto se tornar realidade é preciso pagar salários dignos aos pesquisadores; facilitar-lhes especialização no exterior, mas criando condições para o seu aproveitamento posterior.

Aborda o problema da pesquisa e a indústria, observando a falta de uma política governamental neste sentido, ou seja instalação de laboratórios de pesquisa nas indústrias estatais e estímulo à pesquisa na indústria privada.

Ressalta ainda a falta de respeito pelo trabalho científico pois as autoridades responsáveis não o consideram de importância para o país.

Apresenta como soluções possíveis, além de salários condignos: aproveitamento dos melhores institutos de pesquisas já existentes criando nêles condições favoráveis para a fixação dos cientistas; criação de fundos permanentes, que aumentem seguindo o desenvolvimento do país; facilitar aos cientistas contatos com o exterior; e por fim o respeito pela autonomia das universidades e instituto e pelo trabalho científico. (F.S.) 119.

378.125.7.001.5

INSTITUTO de Ciências Sociais da UFRJ — *Pesquisa sobre as condições de trabalho de cientistas no Brasil*. Rio, abr. 1968. 56p. mimeogr.

Trabalho elaborado sob o patrocínio da Academia Brasileira de Ciências e Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada apresenta 24 tabelas, onde, entre outros, são computados os seguintes dados: grupos etários; sexo; instituição onde exerce as atividades de pesquisadores; Estado onde trabalha; curso universitário concluído pelo pesquisador; campo em que desenvolve a pesquisa; atividades profissionais fora da instituição a que pertence; salários; auxílios; condições de trabalho. (B.K.) 120.

378.4:282(816.5)001.7

DECRETO N.º 63.284 de 26 set. 1968. Aprova o Plano de reestruturação da Pontifícia Universidade Católica do R. G. Sul. D.O. 30 set. 1968. p. 8524.

As Unidades Universitárias estão subdivididas em a) *Unidade de Ensino e Pesquisa Básicos* (Instituto de: Ciências Exatas; de Filosofia e Ciências Humanas; de Letras e Artes; de Psicologia e de Teologia e Ciências Religiosas); b) *Unidades de Ensino Profissional e Pesquisa Aplicada* (Fac. Ciências Políticas e Econômicas; Fac. de Direito; Fac. Serviço Social; Fac. Odontologia; Escola Politécnica; Fac. dos meios de comunicação social; Fac. Educação; Fac. de Zootécnica; Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Uruguiana (agregada). (M.L.C.) 121.

378.4(09)(81)

CHAGAS, Valnir — *A luta pela Universidade no Brasil*; aula inaugural dos cursos da UFRGS. (4/3/1967). s.l. Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Comissão de Planejamento, Serviço de Divulgação. 1967. 24p. (2).

Veja BBE v. 16 n. 3, item 79.

122.

378.4(815.3-202).001.7

DECRETO N.º 63.492 de 28 out. 1968 — Aprova o Plano de reestruturação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *D.Of.* 31, out. 1968. p. 9513.

A Universidade será constituída de Assembléia Universitária, Reitoria, Conselho Universitário, Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, Unidades Universitárias e Órgãos Suplementares. Suas unidades Universitárias constituem-se inicialmente de dois Institutos Básicos: Biologia e Matemática, Física e Química e de seis Institutos Aplicados: Agronomia, Tecnologia, Veterinária, Zootécnica, Florestas, Educação e Ciências Sociais.

Prevê-se a criação de Órgãos Suplementares que serão governados por regimentos próprios, cuja aprovação se fará pelo Cons. Universitário. (M.L.C.)

123.

378.4(816.5).001.7

DECRETO N.º 62.997 de 16 de julho, 1968. — Aprova o Plano de reestruturação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *D. Of.* 18 jul. 1968. p. 6073.

A estrutura da Universidade do Rio Grande do Sul compreenderá:

a) *Unidades Universitárias: Institutos Centrais* (Inst. de Matemática, Física, Química, Geociência, Biociências; Filosofia e Ciências Humanas, Letras; e Artes; *Faculdades e Escolas*: Esc. de Engenharia; Fac. de Agricultura, Agronomia; Veterinária; Medicina; Esc. de Enfermagem; Fac. Odontologia; Farmácia; Ciências Econôm.; Direito; Biblioteconomia e Comunicações e Educação); b) *Órgãos Suplementares* (Hospital das Clínicas, Hospital de Clínica Veterinária; Estação Experimental de Agronomia; Centro Integrado de Educação Primária e Média; Observatório Astronômico; Biotério e Jardim Botânico; Centro de Linguística Aplicada; Centro de Investigação do Gondwana; Serviços de Pesquisa e Reparação Profissional). (M.L.C.)

124.

## II

016:3

**ARTIGOS** selecionados: Ciências Sociais, Direito, Economia, Política. Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados. V. 3 ns. 3/4 maio/jun. 1969, 45p.

Bibliografia analítica de artigos de interesse contido em periódicos mais recentes, ligados aos assuntos de Ciências Sociais, em geral e Direito, Economia e Política Internacional, em particular. Inclui índice de autores e assuntos. (B.K.) 125.

016:3+32+33+34

**ARTIGOS** selecionados: Ciências Sociais, Direito, Economia Política. Brasília, Câmara dos Deputados, Biblioteca 1967.

Relação bibliográfica sinalética de artigos nacionais e estrangeiros publicados em periódicos de 1966 e 1967, e ligados a assuntos de ciências sociais em geral e, mais particularmente, ao direito, economia e política. (M.L.L.) 126.

016:301.175+32

**GOMES**, Lúcia Maria Gaspar & **COSTA**, Fernando José Leite — Contribuição ao estudo da sociedade tradicional: bibliografia comentada. *Dados*, (5): 167-180, 1968.

A Bibliografia analítica inserida no projeto de pesquisa sobre padrões de mudança política nos sistemas regionais a partir de dados agregados e outras fontes secundárias.

Obedeceu a um critério exploratório que pelo seu conteúdo manifesto se relacionasse com o tema proposto. A ordem é cronológica. (B.K.) 127.

016:338.984.2(812/813)

**BIBLIOGRAFIA** sobre política de desenvolvimento e atuação da SUDENE. B. *Bibl. Câmara dos Deputados*, 17 (2):449-640, maio/agô. 1968.

Bibliografia analítica dividida em quatro partes: 1) livros, capítulos, artigos etc.; 2) pronunciamentos na Câmara dos Deputados; 3) projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados; 4) índices: onomástico e de assunto. Consta de 771 itens. (B.K.) 128.

016:82-3(81)

GOMES, Celuta Moreira & AGUIAR, Teresa da Silva — Bibliografia do conto brasileiro (1841-1967). *An. Bibl. Nac.* 37 (1): 7-244, 1968.

Abrange somente livros publicados nesse período, de maneira exaustiva. Compreende ainda um índice de títulos dos livros de contos, um índice onomástico de críticos com transcrições nos respectivos verbetes, uma bibliografia do material consultado, uma lista das abreviaturas usadas e, em apêndice, uma antologia de contos. (B.K.) 129.

1(81)

VITA, Luís Washington — *Panorama da Filosofia no Brasil*. Pôrto Alegre, Ed. Globo, [1969] 151p. (Sér. Universitária).

Afirmando conscientemente a presença filosófica de nossos pensadores, reúne todos os passos, das origens lusíadas às tendências contemporâneas (cientificismo e analiticismo, culturalismo e historicismo, idealismo e existencialismo, neotomismo e espiritualismo cristão).

Sua posição filosófica, vinculada à realidade nacional, reflete influências do existencialismo, do novo marxismo e do culturalismo, não como resultado de atitude eclética, mas decorrente de uma busca de síntese totalizadora. A atitude assumida é a de fidelidade à imagem que se reflete na multiplicidade de tendências e perspectivas do pensamento brasileiro. Inclui bibliografia. (B.K.) 130.

159.9:061.3

BOLETIM de Psicologia, S. Paulo, 16/17 (47/50) dez. 1964 e jan. 1965. 111p.

Número dedicado ao Simpósio promovido pela Associação Brasileira de Psicólogos e pela Sociedade de Psicologia de S. Paulo realizado em 1963, tendo como tema central a "situação atual da psicologia no Brasil". Discutiu-se sobre a formação básica e profissional do psicólogo, problemas de ética profissional e o desenvolvimento da pesquisa de cunho psicológico no Brasil. (M.L.L.) 131.

159.9.072

BIEDMA, Carlos J. & D'ALFONSO, Pedro G. — *A linguagem do desenho*. Teste de Wartegg-Biedma. Versão modificada do teste de Wartegg. Trad. de Luiz Darós. S. Paulo, Ed. Mestre Jou, 1966. 139p.

Teste projetivo, baseado na complementação de desenhos (16 sinais arquetípicos) que estabelece as relações entre estímulo e sensação e sob o prisma da psicologia genética permite avaliar os significados simbólicos dos desenhos, sendo aplicável em pessoas de qualquer idade.

Refere-se à fundamentação teórica da prova, sua validade, fidedignidade, objetividade e confiança; descreve o respectivo material e regras de aplicação e avaliação quantitativa e qualitativa, considerando-se os elementos expressivos — clareza, dimensão, dinamismo, localização, espessura, pressão a constância dos temas e correlação entre eles, que permitirão, através do perfil

de rendimento, estabelecer um diagnóstico comportamental e caracteriológico do indivíduo.

Acrescenta exemplos ilustrativos de desenhos analisados quanto aos fatores de expressão e integração e, em anexo, fôlhas de teste, de análise e norma de medida. (M.L.L.) 132.

159.9.072:001.4

NOVAIS, Maria Helena & MARTINS, Octávio — *Glossário de termos referentes aos testes e medidas psicológicas*. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas. Inst. de Seleção e Orientação profissional, Comissão de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas, [ 1968 ] 35p.

Unificação da nomenclatura brasileira referente aos testes e medidas psicológicas. (B.K.) 133.

159.9:072(81)

AZZI, Rodolfo — *Situação atual da pesquisa psicológica no Brasil*. *B. Psic.* 16/17 (47/50): 63-66, jan./dez. 1964/1965.

O ensino não pode divorciar-se da pesquisa, e, no Brasil, esta ainda não existe em número e nível suficientes para que os professores possam documentar suas aulas com experiências locais, assegurando aos cursos de formação profissional vinculação à realidade brasileira.

Os trabalhos de pesquisa psicológica vêm sendo a grosso modo realizados nas universidades como uma exigência profissional da carreira acadêmica e as disponibilidades financeiras neste sentido tendem a ser devidamente aplicadas graças ao reconhecimento da necessidade de fomentar a investigação psicológica básica. Sugere uma política de ação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo fixada em áreas menos desenvolvidas, que possa contribuir para a formação de novos investigadores, evitando-se na medida do possível, a heterogeneidade de critérios neste campo. (M.L.L.) 134.

159.922.8

PIGNATARO, Genarino Carvalho — *A crise da adolescência e as influências da comunidade e da escola*. *Curriculum*, 8 (1):31-34, jan./mar. 1969.

Os diversos grupos a que pertence o jovem na vida associativa exercem sobre ele acentuada influência. Realmente, depois do lar é a escola que mais influência determina sobre o adolescente. A comunidade, todavia, contribui também com uma parcela apreciável na formação do caráter do jovem de nossos dias. (B.K.) 135.

159.937

PENA, Antônio Gomes — *Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva*. S. Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1968. 183p. (Biblioteca Formação. Psicólogos).

Livro de orientação didática para alunos e professores na cadeira de psicologia geral e experimental do curso de psicologia, em que define a per-

cepção, sua gênese, formas, propriedades e funções. Salienta seus aspectos sociais e estéticos, distinguindo-a da sensação. O seu estudo pode ser feito por método da observação, experimental e comparativo, numa perspectiva teórica fisiológica, gestaltista, behaviorista ou conforme as idéias do *New Look in perception*, de Kretch, Murphy, Bruner e outros, que se concentram na pesquisa dos fatores emocionais, motivacionais e personalísticos atuantes na percepção. (M.L.L.) 136.

159.953

MELO, Fernando Achilles de Faria — *Como aprender melhor*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1967. 52p. (Escola e Vida, 4).

Propõe-se a ajudar o aluno de curso de nível médio e superior a pragmática da aprendizagem, sob o ângulo de quem estuda e quer aprender, servindo de manual para melhorar os métodos pessoais de estudo. (B.K.) 137.

159.953(043)

NOVAIS, Maria Helena — *A influência da organização percepto-motora na aprendizagem escolar*. Tese de doutorado em psicologia. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, s.l. s.ed. 1968. 63p.

A aprendizagem da leitura e da escrita depende de um complexo de fatores entre os quais a maturidade intelectual e perceptiva, implicando esta última processo de coordenação viso-motora e de segregação. Qualquer insuficiência nessas áreas poderá repercutir na aprendizagem o que se propõe a pesquisar junto a 250 alunos de 6 a 8 anos cursando o 1.º ano da Escola Guatemala (escola Experimental do INEP) em 1966 e 1967. Tal amostra apresenta características típicas, psicológicas e sociais de uma população de classe média inferior, assim classificada conforme os critérios de Hutchinson.

Fundamenta-se teoricamente na gênese e evolução perceptiva e suas características nas diferentes fases de 1 a 11 anos, e levanta as seguintes hipóteses: 1) há uma relação entre os níveis intelectual e de organização percepto-motora da criança, com influência direta no processo de aprendizagem; 2) a coordenação viso-motora-perceptiva e a segregação perceptiva são funções específicas no processo da organização percepto-motora; 3) o fenômeno da segregação perceptiva pode ser influenciado por características da personalidade.

Como instrumento de trabalho, utiliza uma bateria experimental de testes que organizou para o Gabinete de Psicologia daquela Escola, incluindo itens de cópia de figuras e memória delas, de rapidez e coordenação viso-motora, de segregação perceptiva de formas e sinais com figuras aproveitadas e adaptadas de diferentes testes, além das provas complementares de grafismo.

Apresenta casos ilustrativos, cujos resultados, devidamente analisados dentro das normas estatísticas de correlação (Pearson), nível de significância (Teste T)  $X^2$  etc. e confrontados com as informações das professoras, vêm confirmar as hipóteses inicialmente levantadas, levando, entre outras, às conclusões de que: 1) as insuficiências no setor da segregação são mais frequentes que as da coordenação viso-motora perceptiva nos casos que revelam dificuldade de aprendizagem, donde a importância desta função na

aprendizagem da leitura de escrita; 2) da necessidade da utilização de uma bateria similar de testes que permitirá um diagnóstico precoce e preventivo por natureza, quando a criança entra na escola, um prognóstico do rendimento escolar e servirá de base a uma orientação e tratamento adequados. (M.L.L.) 138.

282(81)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de — O catolicismo rústico no Brasil. *R. Inst. Est. bras.* (5):103-123, 1968.

Apesar de se poder distinguir no Brasil uma religião oficial e uma religião popular, o catolicismo brasileiro forma um conjunto integrado.

Depois de estudar a formação do catolicismo popular brasileiro, a civilização rústica na sociedade brasileira atual; composição do catolicismo rústico; os grupos de base da antiga sociedade rústica brasileira; o festeiro e a organização da festa religiosa; o culto dos santos; o capelão; as figuras centrais do catolicismo rústico brasileiro; os fatores que dão ao catolicismo rústico sua fisionomia, conclui que uma vez que não são considerados como "plenamente católicos" é ilusória a afirmação de que 95% da população é constituída de católicos. Inclui bibliografia. (B.K.) 139.

301(-201).001.5

CONN, Stephen — The squatter's rights of favelados. *Ci. Econ. e Soc.* 3 (2):50-147, dez. 1968.

Estudo realizado em 7 favelas do Rio de Janeiro e na maior favela de S. Paulo, sob os auspícios do Metropolitan Graduate Summer Field Training Program in Latin America sobre os direitos de "apropriação de terras" dos favelados, nos seus aspectos legais e administrativos, comparativamente aos direitos dos proprietários desprovidos da documentação competente.

Para isto, além das entrevistas ali realizadas bem como junto a entidades bancárias, de serviço social, de energia, impostos e inspeção estaduais junto à Justiça gratuita da Guanabara e ao pessoal do Movimento Universitário do Desfavelamento em S. Paulo, consultou, paralelamente, legislação sobre os favelados na Guanabara e processos jurídicos sobre suas garantias legais.

Observa que a condição de "favelado" oferece certos privilégios, não obstante a violação dos direitos de propriedade.

Como insolúvel problema social, a favela é tolerada pelas autoridades governamentais e estão protegidos os seus moradores por um plano de legislação construtivo, proibindo a cobrança de aluguéis ou taxas de ocupação de barracos, regulando o exercício do comércio e atividades profissionais, sem contudo se restringir o direito de remoção de seus moradores oferecendo-lhes residências construídas pela COHAB, de acordo com o plano de urbanização das favelas.

Mostra as origens de tais planos, seus objetivos, expectativas de realização e limitações, salientando as divergências de interpretações da polícia militar e do Estado, quanto aos direitos de construção de barracos e regulamentação da vida na favela. (M.L.L.) 140.

## 301.151

ARGYLE, Michael — *A psicologia e os problemas sociais*. Trad. Álvaro Cabral. Zahar Ed. Rio de Janeiro [1967] 256p. (Psyche).

Analisa as mais recentes pesquisas e investigações sociopsicológicas (em relação às causas de agressividade, de delinquência, das perturbações mentais, dos preconceitos raciais e do desenvolvimento industrial, e de como poderão êsses graves problemas ser prevenidos) utilizando grande soma de provas sobre a motivação e causalidade dos chamados componentes da "Patologia Social".

Aborda em detalhes as várias formas de controle social que poderiam ser usadas — os métodos de criar filhos, o treino profissional, a seleção de quadros, as técnicas de chefia e de liderança, as formas de organização social e os meios de comunicação e informação em massa (imprensa, rádio, televisão). São descritos os efeitos desses processos e suas bases psicológicas. Faz uma análise comparativa dos problemas psicossociais de uma sociedade moderna, economicamente estável, afluyente mas onde a Patologia Social oferece perturbadores aspectos (por exemplo: preconceitos raciais); e de sociedades subdesenvolvidas em que os novos países afro-tropicais servem de paradigma.

Preconiza a criação nos países modernos de ministérios de planejamento social, que enfrentem diretamente com caráter preventivo e curativo as "doenças" sociais desses países. (B.K.) 141.

## 301.152:658.3

WEIL, Pierre et alii. *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia [1967] 230p. (Bibl. de Estudos Sociais e Pedagógicos — 1ª sér. Ciências Sociais 4).

Trabalho científico realizado pelo psicólogo francês e uma equipe brasileira, na elaboração de uma série de técnicas e métodos inspirados nas escolas de Kurt Lewin, Moreno e Anne Ancelin Schutzenberg.

As principais técnicas de aplicação dos estudos de dinâmica de grupo ao treinamento em relações humanas são o "T Group" (Training Group) que tem por objetivo a modificação do comportamento do grupo. Os resultados práticos são relatados nesta obra.

A segunda técnica muito utilizada é a "sócio-análise" cujo objetivo é o tratamento do problema do grupo.

Baseado nestas técnicas, encontrou uma fórmula de treinamento que atingisse o nível da conduta individual e não apenas o das opiniões. Foi a técnica denominada "DRH" (Desenvolvimento em Relações Humanas). Narra exaustivamente esta experiência, seus objetivos e suas conclusões. (B.K.) 142.

## 301.162.2

KING JÚNIOR, Martin Luther — *O grito da consciência*. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1968. 122p.

Cinco ensaios que tratam do impasse a que chegaram as relações raciais nos EUA, da guerra do Vietnã, da evolução social que se depara a comuni-

dade norte-americana, expondo a sua concepção não-violenta, humanista e integracionista do problema racial. Problema que transcende a sociedade norte-americana, por constituir o cerne polarizador da evolução positiva do mundo em que vivemos: a fraternidade entre os povos de diferentes raças e crenças.

Faz uma análise do *status* da comunidade, denuncia as condições de inferioridade em que vive o negro e a discriminação de que é vítima. Aborda também a questão da mobilização do povo para o desenvolvimento pela igualdade dos direitos civis, com as armas da não-violência e integracionismo social, contra os outros de tendências violentas e separatistas, ressurgidos recentemente. Seu pensamento se caracteriza por um veemente apêlo às consciências. (B.K.) 143.

321

ALVIM, Décio Ferraz — *Teoria Geral do Estado*. Petrópolis, Ed. Vozes Ltda. 1968. 86p.

Disciplina de estudo das Ciências Sociais e Jurídicas incluindo: as origens do poder; as formas de autoridade; regimes políticos; a Nação como se forma e se constitui; o Estado, sua origem e as várias teorias que explicam; diversas formas do Estado; diversas formas de govêrno; soberania; governantes e governados; e finalidade do Estado. (B.K.) 144.

331.057.21:159.9

AZZI, Enzo — A situação atual da profissão do psicólogo no Brasil. *B. Psic.* 16/17 (47/50) 47-61, jan./dez. 1964/1965.

Comentando sôbre os problemas de competência, superposição e revalidação da classe médica face às atribuições do psicólogo clínico, no que diz respeito ao diagnóstico psicológico e à psicoterapia, considera que se deva reconhecer aos psicólogos "não médicos" o direito de exercer a psicanálise, ambos, contudo, trabalhando numa colaboração criadora.

Embora reconheça as contribuições dos cursos de pós-graduação anteriores à Lei 4119, que regulamenta a profissão de psicólogo, e discrimina os benefícios que esta lhe garante em suas atividades, direitos e deveres, alerta quanto às insuficiências atuais ainda observadas no que diz respeito ao preparo psicoterapêutico, aos conhecimentos de neurofisiologia e estatística dentro do currículo escolar, à necessidade de maior abertura para o campo da pesquisa.

O *status* legal atrai maior número de candidatos, oferecendo maiores garantias de trabalho e possibilidades econômicas, sobretudo no campo da indústria e comércio, como já se observa em S. Paulo, e numa escala decrescente no campo da clínica e educacional, embora ao psicólogo clínico se atribua ainda o *status* social mais elevado. (M.L.L.) 145.

331-057.21:159.9

CARUSO, Igor — A profissão do psicólogo. *B. C.E.P.A.*, (1):2-4, mar. 1969.

Discurso de paraninfo aos psicólogos de 1968, da Universidade Católica de Minas Gerais, falando principalmente das motivações racionais do traba-

lho psicológico e como definir seus objetivos em relação ao das outras disciplinas. O objetivo do psicólogo é sempre o destino, o mais responsável, o mais consciente possível do homem concreto, quer seja ele alienado de maneira biológica, quer alienado de maneira social. A finalidade da psicologia é a descoberta do especificamente humano através do indivíduo, numa situação dada. (B.K.) 146.

331-057.21:159.9:17

LEITE, Dante Moreira — Código de ética do psicólogo. *B. Psic.* 16/17 (47/50): 67-74, jan./dez. 1964/1965.

Reflexões em torno da liberdade humana com suas decisões e o respeito que lhe é devido por parte do psicólogo, com limites de interferência no comportamento das pessoas. Considera a imagem do psicólogo e as expectativas do mundo atual relativamente às suas atividades profissionais que merecem ser analisadas entre os problemas para o respectivo código de ética. (M.L.L.) 147.

331-057.21:159.9:061.3

ANGELINI, Arrigo Leonardo — O *status* do psicólogo em diversos países: excerto da Conferência Internacional sobre Intercâmbio em Psicologia. *B. Psic.* 16/17 (47/50):3-40, jan./dez. 1964/1965.

Alguns aspectos dos relatórios de 21 países representados na Conferência Internacional promovida na França pela American Psychological Association com a cooperação da International Union of Scientific Psychology em 1962, mostrando o desenvolvimento da psicologia em cada um deles. Assinalam os cursos existentes, oportunidades de pesquisa, situação atual dos programas de intercâmbio internacional mediante as associações de classe, número de psicólogos, suas qualificações, *status* e distribuição por especialidade.

Com base em tais dados, compara a situação do psicólogo no Brasil relativamente ao reconhecimento e proteção profissional, sendo este o único país a possuir lei nacional regulamentando a profissão. (M.L.L.) 148.

342.7(81)

FRANCO, Afonso Arinos Melo — Os direitos humanos no Brasil. *Cultura*, 2 (13):9-22, jul. 1968.

Mostra como historicamente, desde a fase do descobrimento, tem-se manifestado a defesa dos direitos humanos no Brasil, por meio de documentos escritos pelos missionários, cartas, sermões, crônicas e no quadro jurídico legal — nos textos das diversas constituições, salientando as influências das constituições francesa, espanhola, de Cadiz e portuguesa, neste sentido. (M.L.L.) 149.

353+37.014.542.2(816)

MINISTÉRIO do Interior. Superintendência da Região Sul. *A SUDESUL e o planejamento de recursos humanos*. [Pôrto Alegre] mar. 1968. 21p. mimeogr.

Apresenta as diretrizes do futuro Departamento de Recursos Humanos SUDESUL, que deverá ser estruturado de forma conveniente a propiciar adequada preparação do elemento humano que participará do esforço de desenvolvimento dos três Estados do Sul.

Em termos de planejamento de recursos humanos é entendida a educação, numa conotação econômica, como processo sistemático de aprendizagem, que vise ao desenvolvimento da potencialidade do ser humano e sua integração no mercado de trabalho.

Em anexo, o delineamento do *modus operandi* sugerido pela equipe técnica daquele Departamento. (B.K.) 150.

353(816)

MINISTÉRIO do Interior. Superintendência da Região Sul. *Relatório Geral ano 1968 [1969] s.n.p.* mimeogr.

Resultados das atividades desenvolvidas, dando maior destaque para os programas, projetos e atividades prioritárias: atividades de 1969 — informações sobre os principais programas executados; reorganização administrativa e reuniões do Conselho Deliberativo.

Seguem programa, projeto e atividades definidos como prioritários para o ano de 1969 e finaliza com conclusões e observações sobre os trabalhos desenvolvidos. (B.K.) 151.

354.32.001.7

DUTRA, Tarso — *Filosofia da reforma do Ministério da Educação e Cultura*. CAPEŠ B. (195):1-10, fev. 1969.

Após a reforma Administrativa, o MEC serviu-se da oportunidade para uma reorganização radical, procurando atender os seguintes pontos: eficiência, dinamismo, unidade, descentralização, planejamento e autonomia.

No setor social a reforma geral fixou quatro campos de atividades peculiares ao MEC: educação, cultura, patrimônio histórico e artístico e desportos.

As duas relevantes tarefas do Ministério da Educação e Cultura continuam sendo a assistência técnica e a assistência financeira aos sistemas educacionais. (B.K.) 152.

501.009

RUSSEL, Bertrand — *A perspectiva científica*. 3ª ed. Trad. e notas José Severo de Camargo Pereira, S. Paulo, Ed. Nacional [1969] 212p. (Bibl. do Espírito Moderno — Filosofia. série 1, 19).

A presença da ciência na vida do homem é recentíssima. Apenas nos últimos 150 anos a ciência evoluiu, transformando-se em algo que passou a representar um fator de decisiva influência na vida cotidiana de todos nós. É muito provável que a ciência continue a produzir mudanças cada vez mais rápidas, multiplicando sua atual e enorme presença em todos os setores da atividade humana. Poderá também ocorrer que a sociedade científica não consiga estabilidade suficiente para sobreviver de modo que o retôrno ao estado de barbárie seja indispensável à continuidade da espécie humana. O importante, porém, é que a influência da ciência sobre os nossos pensamentos, nossas esperanças e nossos hábitos aumentem dia a dia, sendo provável que esse estado de coisas se mantenha inalterado por séculos. Esta é a perspectiva estudada, considerando-a de 3 aspectos: a natureza e a finalidade do conhecimento científico; o maior poder de manipulação que resulta da técnica científica; e as mudanças na vida social e nas instituições tradicionais que fatalmente resultarão das novas formas de organização exigidas pela técnica científica. (B.K.) 153.

792.9-053.5/7

GOUVEIA, Júlio — Importância do teatro para crianças e adolescentes. Tese apresentada ao I Congresso Brasileiro de Teatro, Rio de Janeiro. *Teatro da juventude* 3(15):3 out.; (16):3-4 nov.; (17):5-6 dez. 1967; 4(18):3 mar; (19)3-4: abr.; (20):3-4 jun. 1968.

No teatro como na medicina, ao lado das medidas curativas, isto é, a reeducação dos adultos — teremos que empregar também os métodos “profiláticos”, a saber: evitar na criança a formação de concepções falsas, desenvolver seu interesse pelas coisas de teatro, inculcar-lhe o respeito que o teatro exige, criar o hábito do teatro, e elevar o nível artístico das novas gerações.

O teatro para crianças e adolescentes deve ser representado por adultos.

Concluindo que a situação ideal do teatro para crianças e adolescentes será quando este funcionar em companhias ou sociedades organizadas expressamente para este fim, contando com o auxílio permanente dos governos federal, estadual e municipal, bem como do Serviço Nacional de Teatro. (B.K.) 154.

### III

#### LIVROS DIDÁTICOS \*

##### *Nível elementar*

372.46(075.2)

FONSECA, Teresa Neves da & MAGALHÃES, Icles Marques — *Exercícios meu companheiro*; vol. I, linguagem, 2.<sup>a</sup> série primária, nível 3. Rio de Janeiro [s.ed., 1969] 128p. ilustr. (Série Cadernos didáticos); 3.<sup>a</sup> série primária, nível 4 [1969] 152p.; 4.<sup>a</sup> série primária, nível 5 [1969] 194p. 155.

---

— *A mágica do saber*. 3.<sup>a</sup> série primária, nível 4. Rio de Janeiro, s.ed. [1969] 229p. ilustr. (Série Cadernos Didáticos). 156.

GASTAL, Maria de Lourdes — *Exercício de Linguagem*; 1.<sup>o</sup> caderno. São Paulo, F.T.D. [1969] 107p. ilustr. 157.

372.464(075.2)

PADILHA, Gilda Figueiredo — *Meu quarto caderno de redação*; 4.<sup>a</sup> série, nível 5. Rio de Janeiro, s.ed. [1969] 72 p. (Série Cadernos Didáticos); 3.<sup>a</sup> série, nível 4, [1969] 72p. ilustr. 158.

372.47(075.2)

FONSECA, Teresa Neves da & MAGALHÃES, Icles Marques — *Exercícios meu companheiro*; vol. II, matemática, 2.<sup>a</sup> série primária, nível 3. Rio de Janeiro, [s.ed., 1969] 144p. (Série Cadernos Didáticos); 3.<sup>a</sup> série primária, nível 4 [1969] 158p.; 4.<sup>a</sup> série primária, nível 5 [1969] 232p. 159.

---

\* Fonte de consulta: Bibliografia Brasileira Mensal — INL/COLTED (só incluímos nesta seção os livros em 1.<sup>a</sup> edição ou em edição revista, aumentada ou atualizada).

372.47(075.2)

- PORTILHO, Maria Helena et alii — *Vamos raciocinar, matemática; problemas graduados em dificuldade e separados por assunto; terceiro ano, nível 4: caderno auxiliar do aluno* [por] Maria Helena Portilho, Eponina Portilho, Aydil Siqueira Lemos. Rio de Janeiro, Conquista, 1968. 79p. — Quarto ano, nível 5. 1968. 96p. — Quinto ano, nível 6 (admissão). 1968. 88p. 160.

5(075.2)

- SILVA, Airton Gonçalves da et alii — *Ciências para o curso primário; 1.º v.* São Paulo, Edart, 1969. 80p. ilust. 161.

*Nível Médio*

513(075.3)

- GONÇALVES, Zózimo Mena — *Curso de geometria analítica; com tratamento vetorial.* Rio de Janeiro, Ed. Científica, 1969. 559p. ilust. 162.

53(075.3)

- ALVARENGA, Beatriz Gonçalves de & LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da — *Física; v. 1.* Belo Horizonte, Bernardo Alvares, 1969. 182p. ilust. 163.

- FONSECA, Albino & DIAS, Anderson Fernandes — *Apontamentos de ciências físicas; ciclo ginásial. 5. ed. rev. e atual.* São Paulo, Ed. Ática, 1968. 134p. ilust. 164.

53(075.3)

- SANTOS, Udmir Pires dos — *Física; 2 v. terminologia e acústica, para os cursos colegial e vestibular.* São Paulo, Ed. Nacional, 1969. 299p. ilust. 165.

54(075.3)

- CARVALHO, Geraldo Camargo de — *Química moderna; 1.º v.* São Paulo, Distr. Liv. Nobel, 1969. 244p. ilust. 166.

- — *Química orgânica moderna; 1.º v.* São Paulo, Distr. Liv. Nobel, [1969] 324p. ilust. 167.

- — *Testes de Química moderna; 4.º v.* São Paulo, Distr. Liv. Nobel, 1969. p. 729-1025. 168.

- CLERMANN, Solon — *Exercícios de Química; exercícios, testes, problemas.* São Paulo, Ed. Lumen, [1969] 139p. 169.

54(075.3)

PARENTE, Leticia T. S. — *Química*. 1.ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1968. 271p. 170.

PINTO, Argemiro Rodrigues — *Lições de Química*; 1v. São Paulo, Liv. Nobel, 1968. 108p. ilustr. 2v. 1968. 160p. 171.

57(075.3)

PIERANTONI, Umberto — *Compêndio de Biologia*, Trad. brasileira rev. e aum. por Max Nelson Senise e Francisco Arduino. Rio de Janeiro, Ed. Científica [1969] 744p. ilustr. 172.

802=20(075.3)

DIXSON, Robert James — *Easy reading selections in English*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 133p. ilustr. 173.

————— — *Elementary reader in English for the foreign born*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 120p. ilustr. 174.

————— — *Essential idioms in English for the foreign born*. Ilust. Syd Browne. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968, 135p. 175.

————— — *Modern American English*; book 1. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 191p. ilustr.; book 2. 1968. 179p. book 3. 1968. 180p. book 4. 1967. 180p. 176.

802=20(075.3)

PÂNDU, Pandiá — *Como praticar a conversação inglesa*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro, 1969. 204p. (Bibl. línguas vivas, estrêla, 36). 177.

RIDOUT, Ronald et alii — *Inglês-I*. Rio de Janeiro, Ed. Liceu [1969] 120p. ilustr. 178.

JACOBINA, Blanche Thiry & JACOBINA, Sylvette Thiry — *Le français au second cycle*. Nouvelle éd. entièrement reformulée. Rio de Janeiro, Ed. Bloch, 1969. 435p. (Coleção Saber). 179.

802=690(075.3)

ALVIM, Décio Ferraz — *Lições de Português*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1969. 176p. (Bibl. línguas vivas, sêlo, 1070). 180.

BECHARA, Evanildo — *Curso moderno de português*; v. 2. São Paulo, Ed. Nacional, 1969. 331p. 181.

DINIZ, Sousa — *Curso de português*; de conformidade com a nomenclatura gramatical brasileira. 8.ed. rev. e aum. São Paulo, Liv. Nobel, 1967. 224p. 182.

802=690(075.3)

FREITAS, Horácio F. Rolim de & MAGALHÃES, Jorge de M. — *Português; curso ginásial*, 1 v. São Paulo, Ed. do Brasil, 1969. 238p. 2 v. 1969. 269p. 183.

PROENÇA FILHO, Domício & MARQUES, Maria Helena Duarte — *Português 1*. Rio de Janeiro, Ed. Linceu [1969] 279p. ilustr. 184.

SEIBLITZ, Sílvia de Lossio & RIQUET, Eliana Pimentel — *Português; textos e exercícios*, 1.º v. Rio de Janeiro, Forense, 1969. 209p. 185.

---

— *Português, textos e exercícios*. 2. v. Rio de Janeiro, Forense, 1969. 135p. 186.

802-5=690(075.3)

LOPES, Walter — *Iniciação à análise; para admissão e curso secundário*. Rio de Janeiro, Brasileira de Artes Gráficas, 1967. 381p. 187.

SAID ALI, Manuel — *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8. ed. rev. e comentada de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira pelo Prof. Evanildo Bechara. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1969. 249p. 188.

94(075.3)

SILVA, Joaquim & PENA, João Batista Damasco — *História geral; para o curso médio*. 2.ed. rev. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 509p. ilustr. 189.

981(075.3)

BANDERCCHI, Brasil — *História do Brasil; ciclo ginásial*. São Paulo, Ed. Didática Irradiante, 1969. 342p. ilustr. 190.

TAPAJÓS, Vicente — *Compêndio de História do Brasil; para o curso ginásial*. Nova ed. completamente ref. Rio de Janeiro, Forense, 1969. 289p. ilustr. 191.

TINÉ, José Sales — *História do Brasil; livro-texto*, 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Gráf. Muniz, 1969. 139p. 192.

#### *Nível superior*

51(075.8)

KREYSZIG, Erwin — *Matemática superior*. Trad. Carlos Campos de Oliveira. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1969. 2 v. ilustr. 193.

## INDICE DE ASSUNTOS

- Administração regional, 151
- Alimentação escolar, 43, 44
- Anais do 1.º Encontro de Proteção ao Pré-Escolar, Rio de Janeiro, 21 a 26, jul. 1968, 52-59
- Analfabetismo, 84
- Aprendizagem, 137, 138
- Bibliografias especializadas, 125-129
- Biografia de educadores, 37
- Catolicismo, 139
- Ciências — Livros didáticos, 161
- Ciências Biológicas — Livros didáticos, 172
- Ciências Exatas — do ponto de vista social e moral, 153
- Ciências Sociais, Política, Econômica e Direito — Bibliografia, 126
- Cientistas — êxodo, 119
  - " — pesquisa, 120
- Colégio universitário, 78
- Conferência de Educadores do Distrito Federal, Brasília, 1966 — Recomendações, 33
- Contos brasileiros — Bibliografia, 129
- Dinâmica de grupo, 142
- Direito — Ensino, 95-97
- Direitos do homem — Brasil, 49
- Educação — Bahia, 31
  - " — Desenvolvimento econômico, 5, 7
  - " — Estados Unidos, 11
  - " — Instituições oficiais, 1
  - " — Primeira infância, 30
- Educação de adultos, 79, 80
- Educação Física, 48, 49

- / Educação de grupos especiais, 81-83  
 " " " — Deficientes da visão, 82, 83  
 Educação pré-escolar, 52-59  
 Engenharia — Cursos de pós-graduação, 112  
 " — Ensino, 117  
 Ensino elementar — Brasília, 66  
 " " — Estatística, 61, 62  
 " " — Expansão, 65  
 " " — Paraná, 68  
 " " — Professores, 35, 36  
 " " — Reforma, 63, 64  
 " " — Zonas rurais, 67 †  
 Ensino médio — Bahia, 75  
 " " — Custo, 77  
 " " — Estatística, 70-72  
 " " — Matrículas, 76  
 " " — Planejamento, 73  
 " " — Programas, 74  
 Ensino normal — São Paulo, 69  
 Ensino secundário — Didática, 26  
 Ensino Superior, 78-124  
 " " — América Latina, 107  
 " " — Desenvolvimento econômico, 94  
 " " — Estatística, 92, 93  
 " " — Legislação, 100, 106  
 " " — Reforma, 101-108  
 " " — Seminário, 89  
 † Escolas experimentais, 24, 25  
 † Escolas profissionais, SENAI, 86  
 Estatística da Educação, 2-4  
 " " — São Paulo, 4  
 Estudo dirigido, 45  
 Expectativas profissionais — Pesquisa, 29  
 Faculdade de Educação — Seminário, 113-116  
 Filosofia, 130  
 Filosofia da educação, 12  
 Física — Livros didáticos, 163-165  
 Formação profissional — SENAI, 85  
 Francês — Livros didáticos, 179

- Geometria — Livros didáticos, 162  
História — Ensino, 99  
História da Educação — Bahia, 8  
História do Brasil — Livros didáticos, 190-192  
História Geral — Livros didáticos, 189  
Inglês — Livros didáticos, 173-178  
Inspeção e supervisão escolar, 20  
Institutos Centrais, 118  
Instrução programada, 6  
Jardins de infância, 60  
Jornalismo — Ensino, 105  
Legislação do ensino, 9  
" " — Bahia, 10  
Leitura e escrita — Iniciação, 50  
Linguagem — Aprendizagem, 51  
" — Livros didáticos, 155-158  
Matemática — Livros didáticos, 159, 160  
Matemática superior — Livros didáticos, 193  
Métodos audiovisuais, 46  
Ministério da Educação e Cultura — Reforma, 152  
Mudança social e política — Bibliografia, 127  
Obrigatoriedade escolar, 14-16  
Orientação profissional, 28  
Pesquisa educacional, 7, 29, 41, 64, 120, 140  
Pesquisa tecnológica, 7  
Pessoal docente e administrativo, 32  
Planejamento econômico e político — Nordeste — Bibliografia, 128  
Planejamento educacional, 17  
Política, 144  
Política da educação, 13, 14, 18, 19  
" " — comunidades religiosas, 18  
Português — Livros didáticos 180-188  
Professores — aspirações, 34  
" — ensino médio e superior — formação, 40  
" — formação, 38, 39  
" — *status*, 41  
Psicologia — Congresso, 131  
" — Ensino, 90, 91, 98  
" — Percepção, 136

- Psicologia do adolescente, 135  
Psicologia educacional, 21  
" " — Ensaios, 22  
Psicologia social, 141  
Psicólogo — formação, 91, 145-148  
Química — Livros didáticos, 166-171  
Rádio educativo, 47  
Recursos humanos — Planejamento, 150  
Reforma universitária, 101-108  
Relações sociais, 143  
Repetentes, 42  
Sociologia educacional, 23  
Sociologia urbana, 140  
Teatro para crianças e adolescentes, 154  
Testes psicológicos, 132-134  
TV educativa, 47  
Universidade Católica Rio Grande do Sul — Reforma, 121  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul — Reforma, 124  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — Reforma, 123  
Vida Estudantil — Atividades políticas, 27  
Vida estudantil universitária, 109-111

## INDICE DE AUTORES

- ABI-SABER, Nazira Feres, 52  
AGUIAR, Teresa da Silva, 129  
D'ALFONSO, Pedro G., 132  
ALMEIDA JÚNIOR, A., 118  
ALVARENGA, Beatriz Gonçalves de, 163  
ALVIM, Décio Ferraz, 144, 180  
ANDRADE, Gilberto Osório de, 17  
ANGELINI, Arrigo Leonardo, 90, 148  
ARGYLE, Michel, 141  
AZZI, Enzo, 145  
AZZI, Rodolfo, 134  
BACHA, Magdala Lisboa, 51  
BANDERCCHI, Brasil, 190  
BARROS, Onira de Carvalho, 29  
BARSTED, Dennis W. V. Linhares, 14  
BAY DE ESCOBAR, Marisa, 53  
BECHARA, Evanildo, 181  
BENKO, Antonius, 91  
BERNARDES, Hugo Gueiros, 81  
BIEDMA, Carlos, 132  
BOLOGNA, Italo, 85  
BONAPACE, Adolphina Portela, 26  
BONDI, Freda Jardim, 54  
BORGES, Pedro, 43  
CALDEIRA, Eny, 12  
CÂMARA, Helder, 94  
CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet, 101  
CARRAZONI, Maria Elisa, 55  
CARUSO, Igor, 146  
CARVALHO, Geraldo Camargo de, 166-168  
CARVALHO, Guido Ivan de, 100  
CENTRO Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, 69  
CHAER, Maria Anais, 19  
CHAGAS, Valnir, 122

- CHAGAS, Zélia, 21  
CLERMANN, Solon, 169  
COHN-BENDIT, D., 109  
COMISSÃO Estadual de Planejamento do Ensino Médio, 32, 73  
CONN, Stephen, 140  
CONSELHO Estadual de Educação de Pernambuco, 9  
COSTA, Fernando José Leite, 127  
CUNHA, Nádia, 78  
DIAS, Anderson Fernandes, 164  
DINIZ, Souza, 182  
DIXSON, Robert James, 173-176  
DUTRA, Tarso, 152  
ÉBOLI, Teresinha, 24  
ETCHEGOYHEN DE LORENZO, Eloísa Garcia, 57  
FALIZE, Julien, 49  
FARACO, Eduardo Z., 108  
FARACO, Itália Zaccaro, 40  
FONSECA, Albino, 164  
FONSECA, Teresa Neves da, 155, 156, 159  
FRANCO, Afonso Arinos Melo, 149  
FRAZÃO, Marialva Feijó, 82  
FREITAS, Horácio F. Rolim de, 183  
FREITAS, Maria de, 38  
FOOTLICK, Jerrold K., 11  
FORACCHI, Marialice M., 110  
FURTER, Pierre, 79  
GALINO, A., 116  
GAMA, Célio Nogueira da, 13  
GASTAL, Maria de Lourdes, 157  
GÓIS SOBRINHO, José Faria, 113  
GOMES, Celuta Moreira, 129  
GOMES, Lúcia Maria Gaspar, 127  
GONÇALVES, Zózimo Mena, 162  
GOUVEIA, Júlio, 154  
EL INSTITUTO Brasileiro de Estudios Pedagógicos, 1  
INSTITUTO de Ciências Sociais da UFRJ, 120  
INSTITUTO de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico, Rio de Janeiro, 5  
INSTITUTO de Pesquisas Econômicas-Sociais Aplicadas, 65  
JACOBINA, Blanche Thiry, 179  
JACOBINA, Sylvette Thiry, 179  
KELLY, Celso, 114  
KERR, Warwick Estevam, 7  
KING JÚNIOR, Martin Luther, 143  
KREYSZIG, Erwin, 193

- LEITE, Dante Moreira, 147  
LINDEMANS, J., 18  
LOPES, Walter, 187  
LOURENÇO FILHO, Manoel B., 22, 58  
LUGO, Janet, 107  
LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da, 163  
MACIEL, Carlos Frederico, 15, 77  
MAGALHÃES, Icles Marques, 155, 156, 159  
MAGALHÃES, Jorge de M., 183  
MARCUSE, Herbert, 111  
MARIA CRISTINA, madre, 90  
MARQUES, Maria Helena Duarte, 184  
NOVAIS, Maria Helena, 133  
MAURÍCIO, Héli Vecchio, 43  
MELO, Fernando Achilles de Faria, 137  
MELO, José Marques de, 105  
MILWARD, Léa, 48  
MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Secretaria Geral, 3, 93  
MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 70  
MINISTÉRIO do Interior, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Divisão de Educação, 80  
MINISTÉRIO do Interior, Superintendência da Região Sul, 150, 151  
MOGGI, Antônio Seabra, 87  
NOVAIS, Maria Helena, 133, 138  
NUSENZVEIG, H.M., 119  
OLIVEIRA, Oscar de, 35  
PADILHA, Gilda Figueiredo, 158  
PÂNDU, Pandiá, 177  
PARENTE, Letícia T. S., 170  
PENA, Antônio Gomes, 136  
PENA, João Batista Damasco, 189  
PENTAGNA, Romanda Gonçalves, 45  
+ PFROMM NETO, Samuel, 6  
PIERANTONI, Umberto, 172  
PIGNATARO, Genarino Carvalho, 135  
PINHEIRO, Lúcia Marques, 39  
PINHEIRO, Maria do Carmo Marques, 39  
PINTO, Argemiro Rodrigues, 171  
PINTO, Lázara Teresinha de Oliveira, 44  
POENER, Artur José, 27  
PORTILHO, Maria Helena, 160  
PROENÇA FILHO, Domicio, 184  
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, 139  
REIS, José, 60

- RIDOUT, Ronald, 178  
RIQUET, Eliane Pimentel, 185, 186  
RODRIGUES, José Honório, 99  
RUSSELL, Bertrand, 30, 153  
SAID ALI, Manuel, 188  
SAJON, Rafael, 59  
SANTOS, Udmir Pires dos, 165  
SARAIVA, Maria Teresinha Tourinho, 16, 63, 67  
SARASATE, Paulo, 102  
SCHULTZ, Zenaide Cardoso, 61  
SECRETARIA de Economia e Planejamento, Departamento de Estatística, São Paulo, 71  
SECRETARIA de Educação e Cultura, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Curitiba, 64, 68  
SECRETARIA de Educação e Cultura, Centro de Estudos e Planejamento, Departamento de Educação Média, Salvador, 75  
SECRETARIA de Educação e Cultura, Coordenação de Educação Primária, Brasília, 66  
SECRETARIA de Educação e Cultura, Coordenação do Ensino Médio, Brasília, 72, 76  
SECRETARIA de Educação e Cultura, Departamento de Estudos e Pesquisas, Fortaleza, 92  
SECRETARIA de Estado dos Negócios da Educação, São Paulo, 4  
SEIBLITZ, Sílvia de Lossio, 185, 186  
SERVIÇO Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Nacional, Rio de Janeiro, 86  
SILVA, Airton Gonçalves de, 161  
SILVA, Eurides Brito da, 25  
SILVA, Georges Pellerin da, 88  
SILVA, Iêda Dias da, 42  
SILVA, Joaquim, 189  
SIQUEIRA, Cleantho Rodrigues de, 74  
SODRÉ, Roberto Costa de Abreu, 95  
SOUSA, Alfredina de Paiva e, 47  
SUCUPIRA, Newton, 115  
SUPERINTENDENCIA do Desenvolvimento do Nordeste, Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Estudos de População, 62  
TAPAJÓS, Vicente, 191  
TAVARES, José Nilo, 36  
TAVARES, Luís Henrique Dias, 8  
TEIXEIRA, Francisca Alba, 23  
TINÉ, José Sales, 192  
UCHOA, Darci M., 98  
UNESCO, 84  
UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro, 112

- VAGONES, Elvira Wanda, 46  
VELHO, Carlos de Brito, 37  
VENÂNCIO FILHO, Alberto, 96  
VENTURINI, Jurema Lucy, 83  
VILELA, João Batista, 97  
VITA, Luís Washington, 130  
WEIL, Pierre, 142  
WEREBE, Maria José Garcia, 104